



BANCO
FIBRA

Demonstrações Financeiras acompanhadas do relatório do auditor independente.

Em 31 de dezembro de 2023

Preparadas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB)

Índice

Relatório de Administração.....	3
Relatório do Auditor Independente.....	6
Balanço Patrimonial.....	11
Demonstração do Resultado.....	13
Demonstração do Resultado Abrangente.....	14
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	15
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	16

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional.....	17
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras.....	17
3. Principais Práticas Contábeis.....	17
4. Caixa e equivalentes de caixa.....	18
5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	18
6. Títulos e Valores mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	18
7. Gestão de Riscos e Gerenciamento de Capital.....	21
8. Operações de Crédito e outros Créditos com Características de Concessão de Crédito.....	22
9. Provisão para Perda Esperada.....	23
10. Investimentos.....	24
11. Depósitos.....	24
12. Captações no Mercado Aberto.....	24
13. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos.....	24
14. Outros ativos e passivos financeiros.....	24
15. Outros Passivos.....	25
16. Tributos.....	25
17. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais.....	26
18. Patrimônio Líquido.....	26
19. Transações com Partes Relacionadas.....	26
20. Limites Operacionais.....	27
21. Informações Complementares.....	27
22. Reconciliação do resultado BRGAAP e IFRS.....	28
Relatório do Comitê de Auditoria.....	29

Senhores Acionistas e demais interessados:

Apresentamos as Demonstrações Financeiras relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2023, contemplando o Relatório da Administração, o Relatório do Comitê de Auditoria e as correspondentes informações financeiras revisadas pelos Auditores Independentes, sem ressalvas.

Cenário Econômico

O último trimestre de 2023 foi marcado pela perspectiva de redução de juros principalmente nos EUA e no Brasil, apesar da lenta desaceleração da inflação norte-americana e da acomodação do emprego e dos salários reais em patamares elevados, especialmente nos EUA. Por seu turno, a forte queda mensal da inflação brasileira entre junho e novembro/23 poderia ter levado à aceleração no ritmo de redução da taxa Selic de 50 para 75 pontos base por reunião do Copom no 4T23. No entanto, a permanência da projeção de inflação para o IPCA em 2024 perto de 4,0%, quase 100 pontos base superior ao centro da meta de 3% fixado para 2024 e 2025, levou o Copom a manter a trajetória de queda da Selic em 50 pontos por reunião em direção a 10,25% no final do 1T24 e, de acordo com as nossas projeções, rumo a 9,0% no final do ano. Portanto, no âmbito macroeconômico – a despeito dos riscos extremos associados a conflitos globais geopolíticos, a eventuais descontroles fiscais (no Brasil, nos EUA e na zona do euro) e à crise imobiliária chinesa, que pode derrubar o crescimento do PIB em 2024 e 2025 – o ano será caracterizado pelo embate entre os mercados de juros futuros e os bancos centrais na condução da política monetária. Ela poderá ser mais ou menos expansionista de acordo com a trajetória da inflação vis-à-vis a atividade econômica em cada região e definirá os preços dos ativos financeiros globalmente. .

Nesse sentido, nos EUA, a perspectiva generalizada de desaceleração da inflação ao consumidor para patamares anuais consistentes com 2,5% em 2023 e 2,2% em 2024 leva o mercado de juros futuros e o consenso entre os economistas a contarem tanto com a redução da taxa básica de juro (Fed Funds Rate, ou FFR) em 25 pontos base já no 2T24 (em relação ao atual corredor de juros entre 5,25% e 5,50%) quanto com a FFR em 4,0% no final do ano. O cenário precificado entre os investidores difere daquele definido pelo comitê norte-americano de política monetária (FOMC) em dezembro passado, quando o colegiado previa a queda da FFR em 25 pontos base apenas no 3T24 e a taxa de fim de ano em 4,5%, 50 pontos base acima do patamar precificado pelo mercado de juros para o final do ano.

O mercado de trabalho relativamente aquecido nos EUA contribui para a resiliência inflacionária, principalmente no segmento de serviços (que responde por pouco mais de 70% do PIB e por cerca de 62% da inflação ao consumidor), o que pode fazer com que a inflação ao consumidor fique mais próxima de 3,0% do que de 2,5% em 2024. Portanto, diante do mercado de trabalho caracterizado por números relativamente fortes desde o trimestre passado, o FOMC deve insistir na manutenção do piso da FFR em 5,25% até o final do 1S24.

O que tem o cenário de juros nos EUA a ver com o Brasil? Pelo lado da taxa Selic e dos seus efeitos sobre a curva doméstica de juros futuros, sobre o crédito e sobre a atividade econômica brasileira, tudo. Hipoteticamente, a queda mais acelerada da FFR, em linha com as expectativas mais otimistas do mercado monetário norte-americano, permitiria a redução mais agressiva da Selic para 8% até o final de 2024, inferior à nossa projeção e ao consenso atual em 9%. O diferencial de juros entre o Brasil e os EUA, nesse caso, permaneceria ainda assim relativamente elevado e conteria níveis mais altos de volatilidade e a (consequente) desvalorização potencialmente mais abrupta do real com relação tanto ao dólar norte-americano quanto à cesta global de moedas. Portanto, pelo lado do câmbio, os efeitos da queda Selic sobre a inflação ao consumidor seriam mitigados pelo juro norte-americano comparativamente mais baixo.

O foco da (hipotética) queda mais agressiva da Selic e da curva de juros recai, portanto, sobre o aquecimento da atividade econômica e, sem dúvida, sobre os (consequentes) desdobramentos inflacionários. Entre o 3T23 e 4T23, os dados de atividade mostraram diminuição das vendas no varejo restrito (que não abrangem segmentos mais dependentes de crédito, como materiais de construção e vendas de automóveis) e da produção industrial de bens de consumo não duráveis, os quais são mais dependentes da alta da renda pessoal real do que da expansão do crédito. Ao mesmo tempo, no trimestre passado, houve alta trimestral das vendas totais no varejo (incluindo os segmentos mais dependentes de crédito, como vendas de veículos automotivos) e a recuperação marginal (ainda negativa) da produção industrial de bens de consumo duráveis, a qual responde mais fortemente à retomada do crédito real do que da renda real pessoal. Portanto, a continuidade do reaquecimento da parcela da atividade econômica associada à alta do crédito privado à pessoa física e jurídica depende da redução progressiva tanto da taxa Selic quanto (consequentemente) da curva doméstica de juros futuros.

A combinação da recuperação real do crédito privado (e dos seus efeitos sobre a atividade econômica) com a alta do emprego (nós projetamos a taxa dessazonalizada de desemprego perto de 7% em 2024 ante 7,9% atualmente) e da massa real de salários fundamentam a nossa perspectiva de crescimento real do PIB de 1,8%, do consumo das famílias de 1,5% e do setor de serviços, que pesa mais de 60% no PIB, de 1,7%.

O crescimento econômico mais robusto e consistente com a evolução da inflação em 2024 e 2025 mais próxima possível da meta de 3,0% depende não só do aumento do consumo das famílias, mas principalmente da expansão dos investimentos privados, os quais são determinantes do aumento da oferta potencial nos próximos dois anos. A alta do investimento privado, por seu turno, requer a queda da curva de juros futuros e a concomitante expansão do crédito privado corporativo. A melhora das condições financeiras e do risco no Brasil, por conseguinte, repousa no cenário externo benigno caracterizado por redução de juros e, no âmbito doméstico, na redução progressiva do déficit primário do governo central, o qual atingiu 2,1% do PIB em 2023 ante o superávit de 0,5% do PIB em 2022.

O governo tem buscado, com relativo sucesso, aprovar medidas (dentro e fora do escopo da reforma tributária) que visam reconstituir a base tributária e elevar a arrecadação com receitas extraordinárias a ponto de gerarem potencialmente, de acordo com nossas simulações, R\$ 90 bilhões em 2024. Esse montante é necessário (mas, não suficiente) para obter o equilíbrio almejado pelo governo das contas primárias do setor público (receita menos despesas totais, excetuando as com juros) em 2024, ainda mais diante do crescimento dos gastos incluídos nas Lei Orçamentária de 2024. No entanto, a estratégia de ajuste fiscal baseado em incremento de receita tributária está longe do modelo ideal que repousa (pelo menos) na estabilidade dos gastos primários como proporção do PIB. Essa é uma das várias razões que fundamentam tanto o limite inferior de 8% do ramo mais curto (até 1 ano) da curva doméstica de juros futuros quanto o baixo crescimento real do PIB potencial em apenas 1,3% ao ano.

Resultados Dezembro de 2023

O Banco Fibra encerrou o ano de 2023 com um Lucro Líquido de R\$12,4 milhões, versus um Lucro Líquido de R\$18,3 milhões no exercício de 2022. O Patrimônio Líquido atingiu o montante de aproximadamente R\$1.208,0 milhões no ano de 2023, resultado 2,3% superior ao ano de 2022.

O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) ao final de 2023 é de 1,04% aa (versus 1,6% aa no ano de 2022).

A Margem Financeira Líquida (NIM) ao final de 2023 é de 6,15% versus 5,0% ao final de 2022.

Carteira

O Banco Fibra tem como estratégia o crescimento sustentável de sua carteira de crédito. Frente ao cenário de muitas incertezas e volatilidade que se deu logo no início de 2023, o Fibra focou seus esforços nos segmentos Corporate (companhias com faturamento acima de R\$300 milhões) e Empresas (companhias com faturamento entre R\$30 e R\$300 milhões).

O saldo gerencial da carteira de crédito do Banco Fibra ao final de dezembro 2023 foi de R\$8.236,9 milhões, cresceu 17,8% em relação ao saldo atingido ao final de 2022. Em relação à qualidade da carteira gerencial, 97,04% das operações estão classificadas entre AA-C. O índice de inadimplência total (relação entre as operações vencidas há mais de 90 dias e o saldo de carteira de crédito) finalizou o exercício de 2023 em 0,88% (versus 0,4% no exercício do ano anterior).

O saldo das provisões para crédito de liquidação duvidosa totalizou R\$172,9 milhões ao final de 2023 versus R\$131,8 milhões ao final de dezembro 2022.

A despesa de PDD encerrou ano de 2023 com R\$76,5 milhões versus uma despesa de R\$36,1 milhões em dezembro de 2022.

A margem gerencial de intermediação financeira cresceu aproximadamente 17,4% em relação ao exercício do ano anterior, atingindo um resultado de R\$373,5 milhões ao final do exercício de 2023.

Captações

O estoque de captação ao final do ano de 2023 totalizou aproximadamente R\$9,5 bilhões, cresceu 10,4% em relação ao ano anterior. A modalidade de CDB foi o principal responsável por esse crescimento e representa 80,9% do saldo de captação total. O funding internacional também teve um crescimento importante ao longo de 2023 e representa 9,4% dos passivos totais do Banco advindos de captações externas contra 6,3% ao final de 2022.

O descasamento positivo entre ativos e passivos mantém uma situação confortável: ao final de dezembro de 2023, os ativos possuíam prazo médio de 277 dias e os passivos 603 dias, resultando num GAP positivo de 326 dias.

O Caixa Livre Gerencial encerrou o ano de 2023 com R\$1,235 bilhões.

Administração de Riscos

O Banco Fibra considera que a gestão de riscos é uma ferramenta estratégica e essencial para a otimização de recursos, possibilitando a melhor relação risco versus retorno de suas operações.

A estrutura de Gestão de Riscos é de responsabilidade da Diretoria de Riscos, Controles Internos, Segurança da Informação e Operações que faz o monitoramento e o controle dos Riscos de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional. A gestão dos riscos cibernéticos também faz parte do escopo sob gestão da área. A aderência à legislação e às regras vigentes é responsabilidade da área de Compliance

A gestão de riscos do Banco Fibra conta com uma sólida governança, com diferentes comitês, convergindo para Comitê de Gestão de Riscos, onde os especialistas da Instituição e a Alta Administração se reúnem, possibilitando a discussão e a rápida deliberação sobre os riscos avaliados.

O Conselho de Administração define o apetite a risco do Banco e aprova as principais estratégias e políticas relacionadas ao gerenciamento e controle dos riscos, garantindo assim uma governança corporativa altamente eficiente.

Informações adicionais sobre o gerenciamento de riscos da Instituição podem ser consultadas no site www.bancofibra.com.br, no Relatório de Gerenciamento de Riscos.

Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

O Banco possui em suas demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "Disponíveis para Venda", "Negociação" e "Mantidos até o vencimento", conforme conceitos definidos na Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil. Adicionalmente o Banco Fibra declara possuir capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento", cujo o montante é de R\$5,823 bilhões.

Gestão de Capital

Conforme previsto na Resolução nº 4.557/17, o Banco Fibra implementou sua estrutura de gerenciamento de capital, sob responsabilidade da Diretoria de Riscos, Controles Internos, Segurança da Informação e Operações, que atua de maneira integrada com as áreas de Controladoria e Contabilidade. Esta estrutura analisa a adequação dos capitais regulatório e econômico da Instituição no cumprimento de seu plano estratégico, contemplando os principais riscos aos quais a Instituição está exposta, bem como a simulação de eventos severos que possam afetá-la. A descrição completa sobre a estrutura de Gerenciamento de Capital da Instituição se encontra no site do Banco Fibra (www.bancofibra.com.br).

Adequação de Capital

As normas do Banco Central do Brasil estipulam que os bancos devem manter um Índice de Basileia igual ou superior a 10,5%. O Banco Fibra encerrou o exercício de 2023 com Índice de Basileia de 10,87%.

Recursos Humanos

O Conglomerado Fibra encerrou o ano de 2023 com um quadro de 287 colaboradores (excluindo estagiários, afastados e membros do conselho). Desses, 275 colaboradores no Banco Fibra, 9 colaboradores na Corretora e 3 colaboradores na Fibra Asset.

Ratings

O Banco Fibra é avaliado por agências independentes de rating. A nota da agência Fitch Ratings foi mantida em BBB+ com Outlook estável (escala nacional) e B+ com outlook estável (escala global). A agência Standard & Poors manteve a nota em escala nacional em br.BBB+ com outlook positivo e a nota em moeda estrangeira em B- com outlook positivo.

Agradecimentos

A Administração do Banco Fibra S.A. agradece a todos os clientes e investidores pela confiança depositada, aos colaboradores pelo empenho e comprometimento e aos acionistas pelo constante suporte.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Fibra S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Fibra S.A. e suas controladas (“Banco” ou “Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do

Banco Fibra S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras do Banco Fibra S.A. e suas controladas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras do Banco Fibra S.A. e suas controladas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

(Conforme Nota Explicativa nº 9b - Provisão para Perda Esperada)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

A Instituição tem como um de seus principais negócios a realização de operações de crédito e financiamentos. Neste sentido, a administração exerce julgamento para fins de determinação da perda esperada considerando os requerimentos da norma contábil IFRS 9 – *Financial Instruments*. Em 31 de dezembro de 2023 a Instituição possuía provisões para as operações de crédito e outros créditos com característica de crédito no montante de R\$ 150.146 mil. Em função da determinação do valor recuperável dos créditos ser uma estimativa contábil e possuir aspectos objetivos e subjetivos para sua determinação, consideramos a mensuração dessas provisões como sendo um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria, foram, entre outros: **(i)** o entendimento do processo estabelecido pela administração, bem como a análise sobre políticas contábeis internas em comparação aos requisitos da IFRS 9; **(ii)** teste para validação da completude e integridade dos saldos; **(iii)** avaliação da atribuição da perda esperada, através das premissas estabelecidas pela administração, com base nas premissas praticadas pelo mercado; **(iv)** monitoramento do controle e valorização das garantias; **(v)** monitoramentos das premissas estipuladas pela administração para a determinação dos estágios previstos no IFRS 9. Também foi escopo de nossas análises a avaliação e adequação das divulgações efetuadas pela Instituição na Nota Explicativa nº 9b das demonstrações financeiras.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Instituição para mensuração e reconhecimento das provisões para perdas associadas ao risco de crédito foram adequados, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras do Banco Fibra S.A. e suas controladas tomadas em conjunto.

Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros e derivativos

(Conforme Nota Explicativa nº 6 - Títulos e Valores mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

A Instituição utiliza instrumentos financeiros derivativos na sua estratégia de gerenciamento de risco de mercado, realizando operações de Hedge Financeiro e Hedge Contábil. Tais instrumentos financeiros são mensurados a valor justo, conforme estabelecido nas práticas contábeis emanadas pelo IFRS 9 - *Financial Instruments*. Em 31 de dezembro de 2023 a Instituição possuía contabilizado o montante de R\$ 111.811 mil em sua posição ativa e R\$ 128.807 mil em sua posição passiva, referentes a montantes a receber e a pagar respectivamente, registrados ao valor justo. Considerando tratar-se de contratos com certo grau de complexidade, e que dado ao fato de a mensuração ser realizada levando-se em considerações algumas premissas e, portanto, um maior nível de subjetividade, consideramos o reconhecimento, mensuração e realização desses como sendo um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria, foram, entre outros: **(i)** o entendimento do processo estabelecido pela administração, bem como a análise sobre políticas contábeis internas em comparação aos requisitos do IFRS 9; **(ii)** teste para validação da completude e integridade dos saldos; **(iii)** avaliação das contrapartes das operações no intuito de avaliar o risco de não cumprimento dos respectivos contrato; **(iv)** envolvimento de nossos especialistas em precificação e mensuração de instrumentos financeiros derivativos. Os procedimentos utilizados pelos especialistas englobaram: **(a)** teste do desenho e da efetividade dos principais controles estabelecidos para valorização desses instrumentos financeiros; **(b)** análise das principais metodologias de valorização desses instrumentos financeiros e as premissas mais significativas adotadas pela administração mediante a comparação com metodologias e premissas independentes; e **(c)** Reexecução, em base amostral, da valorização de determinadas operações, bem como comparação das premissas e metodologias utilizadas pela administração com nosso conhecimento sobre práticas de valorização usualmente adotadas e analisamos a consistência dessas metodologias com as aplicadas em períodos anteriores. Também foi escopo de nossas análises a validação da adequação das divulgações efetuadas pela Instituição referente a Nota Explicativa nº 6 das demonstrações financeiras.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Instituição para mensuração e reconhecimento dos instrumentos financeiros derivativos foram adequados, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras do Banco Fibra S.A. e suas controladas tomadas em conjunto.

Provisão para passivos contingentes

(Conforme Nota Explicativa nº 17 - Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

A Instituição possui ações que envolvem riscos contingentes tramitando nas esferas judicial e administrativa, de natureza cível, trabalhista e tributária. As referidas ações envolvem discussões sobre o mérito, e possuem aspectos processuais complexos inerentes às legislações vigentes. Para a determinação dos valores a serem provisionados e para determinação do prognóstico de perda são considerados fatores objetivos e subjetivos com base em premissas estabelecidas e julgamento da administração em conformidade com as informações de assessores jurídicos externos. Em 31 de dezembro de 2023 a Instituição possuía o montante de R\$ 530.079 mil em riscos considerados prováveis e R\$ 664.157 mil em riscos considerados possíveis, ambos de acordo com IAS 37 - *Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets*. Consideramos a mensuração e avaliação quanto a expectativa de realização destes como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria, foram, entre outros: **(i)** validação da efetividade dos modelos utilizados para valorização dos processos judiciais de natureza cível e trabalhista; **(ii)** verificação da metodologia e cálculo de risco referente aos processos tributários; **(iii)** confirmação amostral junto aos assessores jurídicos externos da existência e dos valores envolvidos (quando aplicável); **(iv)** realização de teste de suficiência dos valores provisionados vis-à-vis as perdas efetivas dos processos judiciais encerrados; e **(v)** teste de atualização monetária das provisões (quando aplicável). Também foi escopo de nossas análises a validação da adequação das divulgações efetuados pela Instituição referente a Nota Explicativa nº 17 das demonstrações financeiras.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Instituição para mensuração e avaliação dos passivos contingentes foram adequados, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras do Banco Fibra S.A. e suas controladas tomadas em conjunto.

Crédito Tributário

(Conforme Nota Explicativa nº 16b, Tributos)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Em 31 de dezembro 2023, a Instituição possuía o montante de R\$ 1.127.555 mil referente a créditos tributários ativos oriundos de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, os quais a administração entende sua realização viável com base na geração de lucros tributáveis suficientes para a adequada compensação desses créditos tributários de acordo com o IAS 12 – *Income Taxes*. A projeção desses lucros tributáveis é baseada em premissas estabelecidas e fundamentadas pela administração e, portanto, envolvem certo nível de julgamento e subjetividade. Consideramos a mensuração e realização desses créditos tributários como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria, foram, entre outros: **(i)** o entendimento das premissas estabelecidas pela administração, e o teste de sua efetividade, conforme estabelecido nas práticas contábeis internacionais (IAS 12 – *Income Taxes*), que requerem a análise das perspectivas de realização desses créditos, mediante a estudo de recuperabilidade dos créditos; **(ii)** validação das movimentações de adições e baixas e da integridade com base em seus respectivos efeitos contábeis. Também foi escopo de nossas análises a validação da adequação das divulgações efetuadas pela Instituição referente a Nota Explicativa nº 16b das demonstrações financeiras.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pelo Banco para mensuração e reconhecimento dos créditos tributários foram adequados, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Banco Fibra S.A. e suas controladas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras do Banco Fibra S.A. e suas controladas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de março de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Rafael Dominguez Barros
Contador CRC 1SP-208.108/O-1

Banco Fibra S.A. ("Consolidado") em IFRS
Balanço Patrimonial Consolidado
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades	4	95.530	309.250
Ativos financeiros		13.994.017	12.470.730
Ao custo amortizado		13.435.953	11.898.762
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	6.257	3.512
Operações com características de concessão de crédito	8	6.560.345	5.578.203
Títulos e valores mobiliários	6a	5.815.174	4.736.499
Outros ativos financeiros	15a	1.204.323	1.708.331
Provisão para perda esperada	9.b	(150.146)	(127.783)
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	6a	399.274	424.891
Títulos e valores mobiliários		399.274	424.891
Ao valor justo por meio do resultado		158.790	147.077
Títulos e valores mobiliários	6a	33.352	29.457
Ações	6a	13.627	17.605
Derivativos	6b	111.811	100.015
Ativos fiscais		1.127.555	1.165.096
Créditos tributários diferidos	16b	1.127.555	1.165.096
Outros ativos	14a	265.331	281.844
Direito de uso de bens arrendados		22.576	25.313
Investimentos		-	5.143
Imobilizado líquido		10.867	11.849
Intangível líquido	10a	28.494	26.180
Total do Ativo		15.544.370	14.295.405

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivos financeiros		13.706.394	12.477.025
Ao custo amortizado		13.577.587	12.302.255
Depósitos	11	8.711.075	7.914.077
Captações no mercado aberto	12	3.792.176	2.792.846
Recursos de aceites e emissão de títulos	13	273.049	181.389
Outros passivos financeiros	14b	801.287	1.413.943
Ao valor justo por meio do resultado	6b	128.807	174.770
Derivativos		128.807	174.770
Provisões	15b	567.472	545.677
Obrigações fiscais		32.615	61.147
Obrigações fiscais diferidas	15g	18.118	44.948
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		-	1.649
Fiscais e previdenciárias	15a	14.497	14.550
Total do Passivo		14.306.481	13.083.849
Patrimônio Líquido	18	1.237.889	1.211.556
Capital social - De domiciliados no país		1.207.777	2.124.888
Redução de capital		-	(917.111)
Reservas de capital		4.326	4.326
Reservas de lucros		31.669	11.658
Outros resultados abrangentes		(5.883)	(12.205)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		15.544.370	14.295.405

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receitas da intermediação financeira		1.506.259	1.362.725
Operações de crédito		835.429	767.263
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		571.765	428.312
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		68.115	112.037
Resultado de operações de câmbio		30.950	55.113
		-	-
Despesas da intermediação financeira		(1.418.100)	(1.155.983)
Operações de captação de mercado		(1.329.549)	(1.104.179)
Operações de empréstimos e repasses		(28.817)	(17.369)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		-	(611)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(59.734)	(33.824)
		-	-
Resultado bruto da intermediação financeira		88.159	206.742
		-	-
Outras receitas (despesas) operacionais		(95.672)	(137.716)
Receitas de prestação de serviços		65.062	110.859
Receitas de tarifas bancárias		17.020	15.926
Despesas de pessoal		(154.665)	(139.659)
Outras despesas administrativas	15c	(84.752)	(75.404)
Despesas tributárias		(22.393)	(19.906)
Outras receitas operacionais	15d	97.639	56.734
Outras despesas operacionais	15e	(13.583)	(86.266)
		-	-
Provisões	17e	(32.174)	(33.264)
Resultado operacional		(39.687)	35.762
Resultado não operacional	15f	103.769	46.075
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		64.082	81.837
Provisões sobre participações no resultado		(29.013)	(26.385)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		35.069	55.452
		-	-
Imposto de renda e contribuição social	16a	(15.058)	(29.747)
Provisão para imposto de renda		(4.581)	(6.330)
Provisão para contribuição social		(3.973)	(4.765)
Ativo fiscal diferido		(6.504)	(18.652)
		-	-
Lucro/(Prejuízo) do exercício		20.011	25.705
Resultado líquido por ação - R\$		0,0032	0,0041

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro/(Prejuízo) do exercício	20.011	25.705
Itens que serão reclassificados para o resultado		
Outros Investimentos	-	(3.418)
Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes ⁽¹⁾	11.494	(471)
Efeitos tributários	(5.172)	115
Varição em outros resultados abrangentes	6.322	(3.774)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>26.333</u>	<u>21.931</u>

⁽¹⁾ Contêm marcação a mercado dos títulos públicos transferidos da categoria "Disponível para venda" para "Mantido até o vencimento", conforme nota 6a.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Prejuízos/Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Reservas especiais			
Saldos em 31 de dezembro de 2021		2.124.888	7.744	-	-	(11.849)	(932.261)	1.188.522
Ativos financeiros ao VJORA		-	-	-	-	(356)	-	(356)
Ajustes de outros investimentos		-	(3.418)	-	-	-	-	(3.418)
Redução de capital	19a	(917.111)	-	-	-	-	918.214	1.103
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	25.705	25.705
Destinação - Reserva legal		-	-	214	-	-	(214)	-
Dividendos obrigatórios não distribuídos		-	-	-	11.444	-	(11.444)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.207.777	4.326	214	11.444	(12.205)	-	1.211.556
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.207.777	4.326	214	11.444	(12.205)	-	1.211.556
Ativos financeiros ao VJORA		-	-	-	-	6.322	-	6.322
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	20.011	20.011
Destinação - Reserva legal	19b	-	-	620	-	-	(620)	-
Reserva para expansão		-	-	-	19.391	-	(19.391)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.207.777	4.326	834	30.835	(5.883)	-	1.237.889

(1) Líquidos de efeitos tributários

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado	92.945	95.742
Resultado exercício	20.011	25.705
Ajustes ao resultado:	72.934	70.037
Constituição para perdas com ativos não correntes disponíveis para venda	2.662	5.302
Depreciação e amortização	9.900	6.913
Despesa de arrendamento	820	3.076
Constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito	59.734	36.112
Tributos diferidos	(6.504)	22.408
Ajustes de avaliação patrimonial	-	(3.418)
Outros resultados abrangentes	6.322	(356)
Variação de ativos e passivos	(302.311)	123.607
Aumento de aplicações interfinanceiras de liquidez	(2.745)	87.383
Aumento títulos e valores mobiliários	(1.052.975)	(1.142.751)
Redução outros ativos financeiros	504.008	(52.617)
Aumento de instrumentos financeiros derivativos (ativo/passivo)	(57.759)	255.718
Aumento de operações com características de concessão de crédito	(1.019.513)	(1.276.764)
Redução de ativos fiscais diferidos	44.045	1.447
Aumento de outros ativos	13.851	-
Redução de direito de uso de bens arrendados	1.917	(1.025)
Aumento de depósitos	796.998	539.613
Redução de captações no mercado aberto	999.330	1.472.347
Aumento de recursos de aceites e emissão de títulos	91.660	(261.590)
Redução de outros passivos financeiros	(614.391)	476.449
Redução de provisões	21.795	26.422
Redução de obrigações fiscais diferidas	(28.532)	(1.025)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(209.366)	219.349
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado de uso	(793)	206
Alienação de investimento	5.143	(9.051)
Aquisição de intangível	(10.439)	(10.293)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(6.089)	(19.138)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Redução de dívidas elegíveis a capital	1.735	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	1.735	-
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	(213.720)	200.211
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	309.250	109.039
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	95.530	309.250
Variações nos saldos de caixa e equivalentes de caixa	(213.720)	200.211

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

O Banco Fibra S.A. (Banco Fibra) atua como Banco Múltiplo, operando através das carteiras comercial, de câmbio, de investimentos, crédito e financiamento e de administração de clubes de investimentos está situado, desde agosto de 2022, na nova sede na Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 8.501 - 14º e 15º andar (parte), Pinheiros-SP.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

O controle do Banco Fibra S.A pertence a Elisabeth S.A Indústria Têxtil e o controlador do grupo econômico em última instância é o Espólio de Dorothea Steinbruch.

O Banco Fibra tem como política proteger o patrimônio líquido dos efeitos totais das variações cambiais de seu investimento na agência em Grand Cayman (full-branch). Para tanto, mantém posição vendida em dólares americanos, em montante suficiente para anular os impactos no resultado do período.

Somos um banco B2B, focado nos segmentos Corporate, Agro e PMEs, que oferece soluções com precisão e muita velocidade, priorizando a segurança e o conhecimento a partir de um atendimento ágil e humanizado, em um ambiente de confiança e transparência. Nossa história começa em 1988 e soma 35 anos de uma trajetória sempre conectada às necessidades e anseios dos empreendedores brasileiros.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

Base da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

As Demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com a International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pela International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS") e as interpretações emitidas pela IFRS Interpretations Committee (nome atual do International Financial Reporting Interpretations Committee – IFRIC). Todas as informações relevantes especificamente relacionadas às demonstrações financeiras do Banco Fibra, e somente com relação a estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas pelo Banco Fibra em sua administração.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, na reunião realizada em 26 de março de 2024.

Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro em 2023

Alterações na IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis – requer a divulgação apenas de políticas contábeis materiais, eliminando divulgações de informações que dupliquem ou sumarizem os requerimentos das normas IFRS. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e não trazem impactos financeiros.

Alterações da IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros – definição de estimativas contábeis: valores monetários sujeitos às incertezas em sua mensuração. São exemplos de estimativas contábeis a perda de crédito esperada e o valor justo de instrumentos financeiros. Esta alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e não há impactos para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco Fibra.

Alterações na IAS 12 – Impostos sobre a Renda – esclarece que a isenção para contabilização de impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias geradas no reconhecimento inicial de ativos ou passivos não se aplicam às operações de arrendamentos. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e não há impactos para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco Fibra.

IFRS 17 – Contratos de Seguro: O pronunciamento substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro - a IFRS 17 é aplicável a todos os contratos de seguro e resseguro mantidos a partir de 1º de janeiro de 2023, com data de transição em 1º de janeiro de 2022 para fins comparativos. Não há impactos para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco Fibra.

Alterações na IAS 1 – Segregação entre passivo circulante e não circulante - esclarece quando considerar condições contratuais que possam afetar o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, no mínimo, 12 meses após o período de relatório e inclui requisitos de divulgação para os passivos com Covenants classificados como não circulantes. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2024, com aplicação retrospectiva. A Administração não espera impactos nas demonstrações contábeis do Fibra.

Alterações no IFRS 16 - Arrendamentos - o IASB emitiu alterações de escopo restrito aos requisitos para transações de venda e relocação na IFRS 16, explicando como uma entidade contabiliza uma venda e relocação após a data da transação. As transações de venda e relocação em que alguns ou todos os pagamentos de arrendamento são pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa e têm maior probabilidade de serem impactados. Estas alterações são efetivas a partir de 1º de janeiro de 2024 e a Administração não espera impactos nas demonstrações contábeis do Fibra.

Alterações da IAS 7 e IFRS 7 - Acordos financeiros de fornecedores - essas alterações exigem divulgações para aumentar a transparência dos acordos de financiamento de fornecedores e seus efeitos sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma empresa. Os requisitos de divulgação são a resposta do IASB às preocupações dos investidores de que os acordos de financiamento de fornecedores de algumas empresas não são suficientemente visíveis, dificultando a análise dos investidores. As alterações são efetivas para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024 e a Administração não espera impactos relevantes nas demonstrações contábeis do Fibra.

Alteração da IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis - as mudanças exigirão a aplicação de uma abordagem consistente ao avaliar se uma moeda pode ser trocada por outra e a emenda esclarece como as entidades devem determinar a taxa de câmbio a ser usada e as divulgações a serem fornecidas, quando uma moeda for difícil, ou não puder, ser trocada. As alterações visam melhorar a informação que uma entidade presta em suas demonstrações contábeis. As alterações do IAS 21 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, podendo ser antecipada à sua adoção. A Administração não espera impactos nas demonstrações contábeis do Fibra.

3. Principais Práticas Contábeis

a. Práticas de consolidação

As Demonstrações Financeiras do Banco Fibra estão apresentadas em Reais (R\$), sendo esta a sua moeda funcional e de apresentação. O Banco Fibra definiu que a moeda funcional e de apresentação para cada uma de suas controladas direta e indiretamente, incluindo entidades sediadas no exterior, também será em Reais (R\$).

Caso as investidas no exterior realizem transações em moeda diferente de suas respectivas moedas funcionais, estas transações serão convertidas aplicando-se as taxas de câmbio, divulgadas pelo Banco Central do Brasil, do respectivo balancete ou balanço para os itens monetários, ativos e passivos avaliados a valor justo e para os itens não classificados como monetários.

Denominação social	Atividade	Participação
Fibra Administradora de Carteira de Valores Mobiliários Ltda.	Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão	99,999%
Fibra Cia. Securitizadora de Créditos Imobiliários	Aquisição de créditos imobiliários	100,00%
Fibra Corretora de Seguros Ltda.	Administração e corretagem de seguros	99,999%
Validata Meios de Pagamentos Ltda.	Processamento de cartões e/ou meios de pagamento	99,999%

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de eventuais lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

b. Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência, e os efeitos das operações sujeitas à variação monetária são reconhecidos em base "pro-rata" dia. As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, nas datas dos balanços, de acordo com as disposições contratuais.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo (Notas 4).

d. Aplicações em depósitos interfinanceiros

São avaliadas pelo custo de aquisição acrescido dos juros incorridos até as datas dos balanços e, quando aplicável, são ajustadas a valor de mercado. As aplicações em moeda estrangeira são demonstradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos calculados com base "pro-rata" dia e das variações cambiais, auferidas até as datas dos balanços (Nota 5).

e. Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, exceto quando forem ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

e1. Hierarquia de valor justo

Segundo o IFRS 13, a mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Instrumentos financeiros com referência de preços em mercados organizados e com elevada liquidez. A carteira contida neste nível é composta de títulos públicos, derivativos listados e outros títulos negociados do mercado ativo.

Nível 2: A apuração do valor justo dos produtos com nível reduzido de liquidez é feita através dos terminais de precificação de dados públicos e em plataformas de precificação de mercado. Os títulos privados são calculados com base no valor presente dos fluxos de pagamento futuros, descontados por taxas de juros livre de risco mais o spread de crédito, utilizamos também o rating da contraparte que reflete a qualidade creditícia do emissor, os derivativos de balcão são calculados com as curvas e preços disponibilizados pela B3.

Nível 3: O valor justo dos produtos com baixíssima liquidez de mercado é calculado com base em modelos desenvolvidos internamente, pautados pela confiabilidade da informação e pelo conservadorismo, no nível 3 são classificados como ativos de baixíssima liquidez os títulos privados com mudança substancial de risco.

e2. Classificação e mensuração de ativos financeiros

Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados:

- o custo amortizado quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros;
- o valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda;
- o valor justo por meio do resultado quando os ativos financeiros que não atendem aos critérios descritos acima;

"Principal", para referido teste, é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e que pode mudar ao longo da sua vida (por exemplo, se houver pagamentos de principal).

A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependem de:

- O modelo de negócios no qual são administrados;
- As características de seus fluxos de caixa;

Modelo de negócios representa a forma como é efetuada a gestão dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: i) obter fluxos de caixa contratuais; ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou iii) outros. Para avaliar os modelos de negócios, o Fibra considera os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios tais como os gestores do negócio são remunerados e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

Quando o ativo financeiro é mantido nos modelos de negócios i) e ii) é necessária a aplicação do teste SPPJ (somente pagamento de principal e juros).

Teste SPPJ é a avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, tais como exposição a alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de commodities, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Contratos híbridos devem ser avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas. A contabilização de um contrato híbrido que contenha derivativo embutido é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado e registrados como ativos financeiros quando seu valor justo é positivo e como passivos financeiros quando seu valor justo é negativo.

e3. Custo amortizado

É valor pelo qual o ativo financeiro é mensurado em seu reconhecimento inicial, com base no método de taxa efetiva de juros, deduzida eventual provisão para perda de crédito esperada. A Taxa efetiva de juros representa a taxa de juros que desconta os fluxos de caixa futuros esperados durante todo o prazo contratual de um instrumento financeiro ao seu respectivo valor presente. A taxa efetiva de juros pode incluir todos os custos de originação do instrumento financeiro, bem como receitas adicionais previstas em contrato.

e4. Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes – instrumentos de patrimônio

O valor justo é determinado pelo preço que seria recebido pela venda de um ativo financeiro ou que seria pago pela aquisição de um passivo financeiro, em uma transação entre contrapartes de mercado em uma determinada data.

e5. Reclassificação de ativos e passivos financeiros

O Fibra não reclassifica seus ativos financeiros após o seu reconhecimento inicial, além das circunstâncias excepcionais em que adquira, venda ou encerre uma linha de negócio. Nesses casos a reclassificação ocorre desde o início do primeiro período de apresentação posterior à mudança. Espera-se que essas mudanças sejam muito pouco frequentes. Passivos financeiros nunca são reclassificados.

e6. Perda de crédito esperada

Com base em análises prospectivas de cenários macroeconômicos que são reavaliados com periodicidade mínima anual ou quando condições de mercado exijam novas avaliações, o Fibra avalia a perda de crédito esperada associada aos seguintes ativos financeiros e suas respectivas categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes; (ii) créditos a liberar, representados por limites não utilizados pelos tomadores de crédito, incluindo limites de cartões de crédito; e (iii) contratos de garantias financeiras prestadas (avais e fianças).

Mensuração da perda esperada:

- **Ativos financeiros** - mensurada com base no valor contábil dos Ativos financeiros

- **Créditos a liberar** - mensurada utilizando-se como base, o provável valor de exposição ao risco de crédito decorrente da utilização de tais limites pelos clientes.

- **Garantias financeiras prestadas (avais e fianças)** - mensurada utilizando-se como base, o provável valor de exposição a risco de crédito, caso o Fibra seja chamado a honrar compromissos de crédito dos clientes para os quais foram concedidas tais garantias.

e7. Cálculo da perda esperada

A provisão é baseada em modelo de perda esperada (IFRS 9). O modelo de cálculo de perda esperada, adotado pela Administração, incorpora cenários macroeconômicos, além de outros critérios necessários para a construção deste modelo. A classificação dos ativos financeiros nos Estágios de 1 a 3, leva em conta o aumento significativo do risco de crédito comparado ao reconhecimento inicial do instrumento financeiro. O método de apuração da provisão necessária é calculado a partir da Probabilidade de Default (PD) x percentual de perda quando ocorre o default (LGD) x exposição no momento da ocorrência do default (EAD).

e8. Taxa de juros efetiva

Para o cálculo da taxa de juros efetiva, o Banco Fibra estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perda de crédito futura. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

f. Direito de uso de bens arrendados

O Fibra é arrendatário, principalmente, de bens imóveis para realização de suas atividades comerciais e administrativas. Em seu registro inicial, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Banco. O direito de uso a ser registrado é mensurado ao seu custo em contrapartida ao passivo de arrendamento que representa o valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados até a data.

g. Ativos não-correntes disponíveis para venda

Os bens recebidos em dáção de pagamento em razão da execução de garantias vinculadas a operações de crédito são registrados na rubrica "Outros Ativos". Estes ativos são contabilizados inicialmente pelo menor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda ou (ii) o valor contábil dos bens destinados à venda. São constituídas provisões em montante suficiente para cobrir prováveis perdas na realização (**Nota 14a**).

h. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas referem-se, principalmente, a comissões sobre captação de CDB, LCA, LCI e LF e são controladas por contrato. (**Nota 14a**).

i. Imobilizado e intangível

• **Imobilizado:** A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, obedecidas as seguintes taxas anuais, contemplando a vida útil econômica, e prazos: veículos e sistema de computação, 20% ao ano; instalações, móveis e equipamentos de uso, sistemas de comunicação e sistemas de segurança – 10% ao ano;

• **Intangível:** Corresponde basicamente aos gastos com desenvolvimento de sistemas, amortizados de forma linear à taxa de 20% ao ano no decorrer do período, estimado de benefício econômico (**Nota 10a**).

Alustes aos valores recuperáveis dos ativos

O Banco adota a prática de executar testes nos valores de recuperação dos seus ativos não financeiros, no mínimo uma vez a cada exercício, com o objetivo de verificar a existência de evidências de desvalorização desses ativos e consequente ajuste contábil desses ativos aos seus valores de realização. Na avaliação da administração não houve indícios de perda por impairment no exercício de 31 de dezembro de 2023.

i. Outros ativos e passivos

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos), e provisão para perda, quando necessário.

k. Passivos fiscais

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto aqueles objetos de hedge de risco de mercado que são avaliados por seu valor justo por meio do resultado.

l. Baixa de Ativos e Passivos financeiros

Um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes é baixado quando:

- o direito de receber o fluxo de caixa do ativo estiver vencido; ou
- O Fibra transferiu o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, a um terceiro por força de um contrato em que:
 - O Fibra transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou
 - O Fibra não transferiu substancialmente ou reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas tenha transferido o controle sobre o ativo.

Quando o Fibra transfere o direito de receber fluxo de caixa de um ativo ou tenha entrado em um contrato de repasse, e não tenha transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou também não tenha transferido o controle sobre o ativo, este ativo é reconhecido na medida do envolvimento contínuo do Fibra. Nesse caso, o Fibra também reconhece um passivo relacionado. O ativo transferido e o passivo relacionado são mensurados para refletir os direitos e obrigações retidas pelo Fibra.

O contínuo envolvimento que toma a forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado ao menor valor entre o valor contabilizado do ativo e o valor máximo de compensação que o Fibra possa ser requerido a pagar.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação a respeito do passivo é eliminada, cancelada ou vencida. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado.

m. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado.

n. Provisões, ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes e passivos contingentes são possíveis direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a Administração entender que sua realização for praticamente certa e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e sem possibilidades de recursos e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração e são classificadas como:

- i) Prováveis, para as quais são constituídos passivos reconhecidos no balanço patrimonial na rubrica provisões;
- ii) Possíveis, as quais são divulgadas nas demonstrações financeiras, não sendo reconhecida no balanço patrimonial uma provisão; e
- iii) Remotas, as quais não requerem provisão e tampouco divulgação.

o. Imposto de renda e contribuição social (ativos e passivos)

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos, calculados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e adições temporárias, são registrados na rubrica "Ativos fiscais diferidos". Os créditos tributários sobre adições temporárias são realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e sobre base negativa de contribuição social são realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos passivos, calculados sobre diferenças temporárias, são registrados na rubrica "Obrigações fiscais diferidas".

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro real que exceder a R\$ 240 anuais (R\$ 120 no semestre), e engloba a parcela correspondente aos incentivos fiscais. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20% sobre o lucro contábil ajustado. O detalhamento dos seus efeitos está demonstrado na Nota 16a.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades	59.559	112.435
Moeda nacional	560	136
Moeda estrangeira	58.999	112.299
Aplicações no mercado aberto - Posição bancada	-	49.996
Letras financeiras do tesouro - LFT	-	49.996
Aplicações em depósitos interfinanceiros	35.971	146.819
Certificados de depósitos interfinanceiros - CDI ⁽¹⁾	35.971	146.819
Total	95.530	309.250

⁽¹⁾ No montante de R\$ 58.999, inclui-se uma margem de R\$ 6.098 (R\$ 6.064 em 2022) depositada como garantia para operações com derivativos (Nota 6 b.3).

5. Aplicações em depósitos interfinanceiros

	31/12/2023		31/12/2022	
	De 3 a 12 meses	Total	De 3 a 12 meses	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6.257	6.257	3.512	3.512
Depósitos vinculados ao cumprimento de compulsórios	6.257	6.257	3.512	3.512

6. Títulos e Valores mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a. Títulos e valores mobiliários

a1. Composição da carteira por categoria, tipo de papel, nível e prazo de vencimento a valores de mercado e custo.

						31/12/2023	
	Nível	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor Contábil	Valor na curva
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes							
Títulos Públicos			121.460	50.625	227.189	399.274	408.819
LFT - Letras financeiras do tesouro	1	-	119.946	31.601	196.403	347.950	350.899
LTN - Letras do tesouro nacional	1	-	-	-	143.432	143.432	143.575
NTN - Notas do tesouro nacional	1	-	119.946	-	-	119.946	119.980
Títulos privados			1.514	19.024	30.786	51.324	57.920
Títulos no exterior	1	-	1.514	19.024	30.786	51.324	57.920
Ao custo amortizado			174.752	1.315.867	4.324.555	5.815.174	5.746.558
Títulos Públicos			-	1.299.217	3.787.243	5.086.460	5.024.963
LTN - Letras do tesouro nacional	n/a	-	-	-	71.358	71.358	71.344
NTN - Notas do tesouro nacional	n/a	-	-	1.299.217	3.715.885	5.015.102	4.953.619
Títulos privados⁽¹⁾			174.752	16.650	537.312	728.714	721.595
CPR - Certificado de produto rural	n/a	-	47.840	14.126	18.870	80.836	80.836
Debêntures	n/a	-	122.316	-	56.258	178.574	178.574
Títulos no exterior	n/a	-	4.596	2.524	360.858	367.978	360.859
LF - Letra Financeira	n/a	-	-	-	101.326	101.326	101.326
Ao valor justo por meio do resultado		46.979				46.979	46.979
Ações de companhias fechadas	3	13.627	-	-	-	13.627	13.627
Cotas de fundos de investimentos ⁽²⁾	1	33.352	-	-	-	33.352	33.352
Total da carteira ativa		46.979	296.212	1.366.492	4.551.744	6.261.427	6.202.356

						31/12/2022	
	Nível	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor Contábil	Valor na curva
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes			50.288	-	374.603	424.891	452.297
Títulos Públicos			50.288	-	311.077	361.365	379.396
LFT - Letras financeiras do tesouro	1	-	50.288	-	126.677	176.965	177.276
LTN - Letras do tesouro nacional	1	-	-	-	105.937	105.937	113.147
NTN - Notas do tesouro nacional	1	-	-	-	78.463	78.463	88.973
Títulos privados			-	-	63.526	63.526	72.901
Títulos no exterior	1	-	-	-	63.526	63.526	72.901
Ao custo amortizado			81.559	408.126	4.246.814	4.736.499	4.736.500
Títulos Públicos			-	406.615	3.800.069	4.206.684	4.206.685
NTN - Notas do tesouro nacional	n/a	-	-	406.615	3.800.069	4.206.684	4.206.685
Títulos privados⁽¹⁾			81.559	1.511	446.745	529.815	529.815
CPR - Certificado de produto rural	n/a	-	60.054	-	15.282	75.336	75.336
CRI - Certificado de receb. imobiliários	n/a	-	17.721	-	-	17.721	17.721
Debêntures	n/a	-	-	-	80.796	80.796	80.796
Títulos no exterior	n/a	-	3.784	1.511	350.667	355.962	355.962
Ao valor justo por meio do resultado		47.062	-	-	-	47.062	47.908
Ações de companhias abertas	1	8.026	-	-	-	8.026	8.872
Ações de companhias fechadas	3	9.579	-	-	-	9.579	9.579
Cotas de fundos de investimentos ⁽²⁾	1	29.457	-	-	-	29.457	29.457
Total da carteira ativa		47.062	131.847	408.126	4.621.417	5.208.452	5.236.705

⁽¹⁾ Títulos com características de crédito, sendo registrados os respectivos provisionamentos na rubrica "Instrumentos financeiros - Provisão para perda esperada".

⁽²⁾ Cotas de Fundo constituído pela B3 para suprir margem não operacional e garantias referentes à câmara de compensação e liquidação.

Para a categoria "Títulos disponíveis para venda", o valor justo foi apurado com base nos seguintes critérios básicos:

• Títulos públicos e títulos privados: cotações de preços de mercado (ou de agentes de mercado), e modelos de precificação aprovados pela administração;

O efeito da marcação a mercado dos títulos classificados como "valor justo por meio de outros resultados abrangentes" contabilizados no patrimônio líquido, correspondiam a um débito no montante de R\$ 20.844 (débito de R\$ 35.136 em 2022), líquidos dos efeitos tributários.

a2. Composição por categoria e posição

	31/12/2023	31/12/2022
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	399.274	424.891
Financiada	-	109.903
Livre	216.245	188.341
Vinculada	183.029	126.647
Ao custo amortizado	5.815.174	4.736.499
Financiada	3.852.633	2.817.158
Livre	1.631.645	1.596.454
Vinculada	330.896	322.887
Ao valor justo por meio do resultado	46.979	47.062
Livre	13.627	17.605
Vinculada	33.352	29.457
Total	6.261.427	5.208.452

b. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco Fibra realiza operações com instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender necessidades próprias ou de seus clientes, no sentido de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. O gerenciamento desses riscos é efetuado por meio da determinação de limites e estabelecimento de estratégias de operações, conforme detalhado na Nota 7.

b1. Abertura por indexador e nível de hierarquia

	31/12/2023			31/12/2022		
	Nível	Valor justo	Valor na curva	Nível	Valor justo	Valor na curva
Contrato de Swap						
Posição ativa		45.721	29.497		36.360	24.273
Juros	2	8.524	7.948	2	10.110	8.676
Moedas	2	37.197	21.549	2	5.104	2.705
Prefixado	2	-	-	2	21.146	12.892
Posição passiva		7.312	4.100		4.919	6.505
Juros	2	4.760	4	2	571	779
Moedas	2	876	1.074	2	829	1.013
Prefixado	2	1.676	3.022	2	3.519	4.713
Contrato de termo						
Posição ativa		44.838	50.809		40.949	52.854
Commodities	2	1.373	2.480	2	3.854	4.047
Moedas	2	622	255	2	14.652	6.633
Prefixado	2	42.843	48.074	2	22.443	42.174
Posição passiva		105.485	100.631		127.484	111.560
Commodities	2	37	-	2	3.620	3.160
Moedas	2	102.986	100.174	2	101.756	102.091
Prefixado	2	2.462	457	2	22.108	6.309
Contrato de opções						
Posição ativa		4.278	4.670		6.514	10.265
Commodities	2	606	553		-	-
Juros	2	-	-	2	-	-
Moedas	2	3.672	4.117	2	6.514	10.265
Posição passiva		4.628	12.981		24.794	36.803
Commodities	2	613	615		-	-
Moedas	2	4.015	12.366	2	24.794	36.803
Outros						
Posição ativa		16.974	-		16.192	-
Outros	n/a	16.974	-	n/a	16.192	-
Posição passiva		11.382	-		17.573	-
Outros	1	11.382	-	n/a	17.573	-
Total posição ativa		111.811	-		100.015	-
Total posição passiva		128.807	-		174.770	-

b2. Abertura por prazo

	31/12/2023				31/12/2022			
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Posição ativa	45.127	21.190	45.494	111.811	37.992	27.665	34.358	100.015
Contratos a Termo	37.799	6.301	738	44.838	29.883	9.599	1.467	40.949
Contratos de Opções	3.670	607	-	4.277	1.114	5.400	-	6.514
Contratos de Swap	1.719	5.959	38.044	45.722	4.417	7.713	24.230	36.360
Outros	1.939	8.323	6.712	16.974	2.578	4.953	8.661	16.192
Posição passiva	24.798	62.657	41.352	128.807	56.441	79.662	38.667	174.770
Contratos a Termo	19.390	61.261	24.834	105.485	48.350	59.134	20.000	127.484
Contratos de Opções	3.004	1.249	376	4.629	4.999	17.090	2.705	24.794
Contratos de Swap	2.404	147	4.760	7.311	619	3.438	862	4.919
Outros	-	-	11.382	11.382	2.473	-	15.100	17.573
Valor de referência - Compensação	4.433.539	2.756.861	7.954.738	15.145.138	13.408.757	3.750.172	2.623.932	19.782.861
Contratos a Termo	2.920.988	929.359	182.659	4.033.006	5.044.537	1.236.687	322.135	6.603.359
Contratos de Futuros	1.200.654	1.744.840	6.707.403	9.652.897	7.426.178	1.886.604	2.024.783	11.337.565
Contratos de Opções	142.139	29.750	676.215	848.104	758.932	403.672	45.000	1.207.604
Contratos de Swap	169.758	52.912	388.461	611.131	179.110	223.209	232.014	634.333

Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado: Para a apuração do valor de mercado de instrumentos financeiros no Banco Fibra, a Instituição utiliza fontes de dados independentes tais como: B3, Anbima, CME, outros. Para instrumentos que tenham alta liquidez e sejam diretamente observados no mercado, utiliza-se o preço direto das fontes. Para instrumentos que não tenham o preço observado diretamente no mercado, utiliza-se parâmetros derivados de informações de instrumentos líquidos em metodologias de apreçamento amplamente utilizadas no mercado, tais como: interpolação de curvas, fluxo de caixa descontado, fórmula de black & scholes, outros.

Em 31 de dezembro de 2023, os ganhos e perdas incorridos no exercício referente a instrumentos financeiros derivativos apresentaram um efeito líquido no resultado do Banco Fibra e Consolidado de R\$ 68.115 (R\$ 112.037 no Banco Fibra e Consolidado em 2022).

b3. Valor e tipo de margem dados em garantia

O montante de margem depositado em garantia para operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 tem a seguinte composição:

	31/12/2023	31/12/2022
Título	324.458	321.084
NTN - Notas do tesouro nacional	267.371	321.084
LFT - Letra financeira do tesouro	57.087	-
Recursos em espécie	6.098	6.064
Moeda estrangeira	6.098	6.064
Cotas de Fundo de Investimento	33.352	29.457
Fundo de Investimento B3	33.352	29.457

c. Estrutura de hedge accounting

A Fibra designa certos derivativos mantidos para gerenciamento de riscos como instrumentos de hedge em relações de hedge accounting. Na designação inicial do hedge, o Fibra documenta formalmente a relação de hedge entre os instrumentos de hedge e os itens objetos de hedge. No início da relação de hedge e em bases periódicas, o Fibra avalia se os instrumentos de hedge são efetivos na compensação das variações dos respectivos itens objetos de hedge, durante o período para o qual o hedge está designado.

Hedge de Valor Justo: os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas, realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração consolidada do resultado. O objetivo do relacionamento deste hedge é evitar a volatilidade de resultado no balanço e proteger economicamente o Banco quanto as possíveis oscilações causadas pela curva de juros nominal. Sua efetividade é apurada através de choques nas taxas de mercado em relação aos instrumentos e seus respectivos objetos.

O quadro abaixo representa a relação dos instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge accounting".

Ativo	31/12/2023		31/12/2022		Passivo	31/12/2023		31/12/2022	
	Objeto	Valor Justo	Objeto	Valor Justo		Objeto	Valor Justo	Objeto	Valor Justo
Títulos no exterior	361.524	390.459	361.524	390.459	Captações locais	1.231.416	1.485.734	1.231.416	1.485.734
Instrumento	356.131	385.812	356.131	385.812	Instrumento	1.235.647	1.461.289	1.235.647	1.461.289
Futuro de cupom de cambial DDI	356.131	385.812	356.131	385.812	Futuro de taxa média de DI	1.235.647	1.461.289	1.235.647	1.461.289

7. Gestão de Riscos e Gerenciamento de Capital

O Banco Fibra conta atualmente com uma estrutura de gerenciamento de riscos e capital cujas diretrizes estão definidas em políticas internas.

O Conselho de administração do Banco Fibra tem papel fundamental na estrutura da gestão de riscos, atuando na aprovação das principais estratégias e políticas relacionadas ao tema, ressaltando, assim a importância da governança corporativa da Instituição.

A estrutura de gestão de riscos, de responsabilidade da Diretoria de Riscos, Operações, Controles Internos e Segurança da Informação, coordena o monitoramento e o controle dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e social, ambiental e climático. A integração dos riscos é observada no Comitê de Gestão de Riscos, no qual são abordados todos os tópicos pertinentes, viabilizando uma gestão de riscos convergente e alinhada, permitindo compartilhamento de informações e o reforço das políticas de gestão direcionadas à proteção do capital da instituição.

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição. Compreende a avaliação da necessidade de capital para fazer frente aos principais riscos aos quais a Instituição está exposta e os objetivos estratégicos da instituição.

O plano de capital é produzido anualmente considerando o ambiente macroeconômico, a complexidade das operações, produtos e serviços oferecidos bem como a exposição a riscos inerentes à atividade financeira e abrange o horizonte de três anos por meio de projeção de resultados, participação de mercado, composição dos ativos e passivos e alocação de resultados.

A estrutura de gerenciamento de capital do conglomerado analisa a adequação do capital regulatório da Instituição no cumprimento de seu plano estratégico. Esta análise contempla os principais riscos aos quais a Instituição está exposta, bem como simulação de eventos severos que possam afetá-la. O monitoramento da suficiência de capital é realizado de forma contínua, utilizando no processo decisório de negócios e reportado ao Comitê de Gestão de Riscos e ao Conselho de Administração.

a. Risco de crédito

Risco de crédito é definido como o risco de perdas associadas à incapacidade do tomador de honrar as suas obrigações nos prazos e condições contratuais, à redução de ganhos e remunerações, aos custos de recuperação e à desvalorização do contrato de crédito.

O Banco Fibra tem como premissa básica a adoção de políticas e metodologias que permitam a gestão dos limites de risco, a adequada precificação das operações de crédito e o gerenciamento do risco da carteira de crédito, permitindo a maximização dos ganhos e adequada remuneração do capital alocado.

Os sistemas da instituição são projetados para avaliar as solicitações de empréstimo, de acordo com informações de mercado e históricos dos clientes, políticas de crédito, ferramentas de pontuação e de prevenção a fraudes e são capazes de fracionar a avaliação de riscos por região, segmento e classificação de risco.

Classificação do risco de crédito - Rating

Entende-se por rating, de maneira geral, a quantificação, por meio de premissas homogêneas e comparáveis da capacidade de cada tomador avaliado de saldar seus compromissos financeiros adequadamente.

O processo de classificação do rating do cliente leva em consideração métodos estatístico-matemáticos e critérios qualitativos. A utilização destes métodos visa refletir as condições de pagamento de cada tomador em determinado horizonte de tempo e detectar qualquer alteração na qualidade creditícia da contraparte, que possa refletir em sua probabilidade de default.

O provisionamento é realizado de acordo com o rating de cada operação, levando em consideração o tipo e o percentual de cobertura das garantias, conforme definido em política específica.

b. Riscos de mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações dos valores de mercado dos instrumentos detidos pela instituição, tais como variação cambial, de taxas de juros, dos preços de ações, dos preços de mercadorias, entre outros.

O foco do Banco Fibra é a geração recorrente de resultados oriundos da área comercial, a partir da evolução da carteira de crédito. Nesse contexto, a tesouraria colabora fomentando a área Comercial com os recursos financeiros (funding) necessários, gerenciando o risco de suas posições e atuando, conservadoramente, nas operações de suas posições proprietárias.

A classificação dos instrumentos entre as carteiras de negociação e bancária é realizada conforme critérios da regulação atual. Os limites são estabelecidos por carteira, negociação e bancária, sendo que o rompimento destes limites deflagra ações que podem remeter à decisão de instâncias superiores ou ações automáticas.

Carteira de negociação: é formada por instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidos com intenção de negociação ou destinados a hedge, e que não estejam sujeitos à limitação de sua negociabilidade. Normalmente, trata-se de ativos financeiros que serão negociados com intenção de revenda ou obtenção de benefício do movimento efetivo de preço.

Carteira bancária: por definição, detém todas as operações que não são de negociação, ou seja, é formada por instrumentos financeiros mantidos até o vencimento, por exemplo, ativos, passivos ou derivativos estruturais que fazem parte da atividade fim do Banco de conceder crédito às empresas e oferecer soluções financeiras aos clientes.

• Análise de sensibilidade

Análise de sensibilidade é uma metodologia de teste de estresse que permite avaliar o impacto decorrente de variações em um parâmetro relevante específico no capital da instituição, em sua liquidez ou no valor de um portfólio.

O quadro abaixo detalha a análise de sensibilidade para todas as operações com instrumentos financeiros, da carteira de negociação e bancária, que exponham a instituição a riscos provenientes de variação cambial, juros, entre outros. Para o cálculo dos impactos, aplicam-se choques nas variáveis de mercado, apurados com data base 31 de dezembro de 2023.

Fator de risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
	Valor	Valor	Valor
Pré	(150.399)	67.203	55.553
Cupom de moedas	(744.217)	784.241	(44.459)
Cupom de inflação	(563.487)	(124.294)	(321.309)
Moedas	420.821	(302.289)	-
Renda Variável	2.380.913	(1.190.456)	-
Total	1.343.631	(765.595)	(310.215)

Cenário 01: considera como premissa alta de taxa de juros e desvalorização da moeda local, de acordo com os cenários aprovados no Comitê de Risco da Instituição.

Cenário 02: considera como premissa queda de taxa de juros e valorização da moeda local, de acordo com os cenários aprovados no Comitê de Risco da Instituição.

Cenário 03: considera como premissa movimento flattener das curvas de juros de acordo com os cenários aprovados no Comitê de Risco da Instituição.

c. Riscos de liquidez

Como risco de liquidez, entende-se como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações de pagamento esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem efeitos ou perdas significativas em suas operações diárias.

O gerenciamento do risco de liquidez no Banco Fibra envolve diferentes estruturas, que atuam com base em uma governança estabelecida, procedimentos determinados e ferramentas adequadas, visando garantir a operação do Banco de maneira saudável sob a ótica de liquidez.

O gerenciamento do risco de liquidez em conjunto com os demais riscos está alinhado às estratégias de negócios da Instituição, bem como do Conselho de Administração e da Diretoria.

Com o objetivo de estabelecer um nível adequado de liquidez, devendo suportar períodos adversos (stress), o Banco Fibra dimensiona os recursos necessários para poder cumprir suas obrigações. Para este fim, é realizado monitoramentos, reportes e controle de limites como os mencionados abaixo e que estão dentro dos limites determinados:

•Índice de Liquidez de Curto Prazo (LCP): demonstra qual o grau de suficiência que os ativos líquidos de alta qualidade do conglomerado prudencial para suportar uma saída extrema de recursos do Banco, em um estresse de 21 dias úteis, conforme premissas definidas pelo CGR.

•Survival Period: Visão de choque ao longo da projeção do caixa, ou seja, acompanhamento em stress do fluxo de pagamentos e recebimentos previstos. Essa métrica leva em consideração o rating das contrapartes, que sintetiza a qualidade creditícia e os aspectos de riscos social, ambiental e climáticas que as afetam, a projeção da renovação de captações estressadas, os impactos em liquidez devido a oscilações de preços de mercado, entre outros.

d. Risco socioambiental

• Ambiental, Social e Governança (sigla "ESG", em inglês)

No ano de 2023, o Fibra não apenas deu continuidade ao seu planejamento estratégico nas temáticas Ambiental, Social e de Governança, conforme Plano de Ação Institucional ESG aprovado pelo Conselho de Administração, como vem amadurecendo a estratégia de sustentabilidade, visando garantir que os pilares ambiental, social e de governança corporativa estejam incorporados cada vez mais a sua atuação empresarial e disseminados para colaboradores, clientes, parceiros de negócios e demais stakeholders.

Cabe destacar que o planejamento anual ESG foi definido em conjunto com o Comitê Executivo e aprovado pelo Conselho de Administração, com ações a serem endereçadas nas frentes de governança, estratégia, transparência, gestão de riscos, bem como diversidade e inclusão. Além disso, como importante balizador para engajamento e investimento nas ações ESG, em 2023 foi promovida a revisão da matriz de materialidade, cujo resultado permitiu identificar as questões de maior relevância para nossos stakeholders, e assim direcionar nossas ações, em linha com os negócios e à cultura do Fibra e relevância dos stakeholders.

Neste contexto, foram realizadas ao longo do ano, diversas ações que compõem o Plano de Ação Institucional ESG, destacando-se, entre outras, na dimensão Ambiental (E), a neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) totais do período, equivalente a 311 toneladas de CO₂, por meio da compensação de créditos de carbono de projetos REDD+ (Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal) no bioma amazônico. A divulgação pública do inventário completo de emissões diretas e indiretas verificado por empresa de auditoria externa independente credenciada pelo Inmetro, resultou na conquista do Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol.

Já com relação ao pilar social (S), foram priorizadas ações com objetivo de contribuir com o avanço da diversidade de gênero e etnia no segmento corporativo, através do lançamento do nosso primeiro Programa de Estágio Afirmativo para Mulheres Negras, Pretas ou Pardas, que culminou na contratação de 11 estagiárias, que além de passarem por um processo específico de capacitação e desenvolvimento, puderam participar do Programa de Mentoria Geração Fibra, realizado com apoio de consultoria externa especializada. Demos outro passo importante na questão de gênero, a partir da associação ao Movimento Mulher 360, iniciativa que visa a compreensão dos desafios para a progressão das carreiras femininas e desenhar melhores práticas para superá-los. Todas estas ações de gênero estão alinhadas, inclusive, com um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) priorizados pelo Fibra, o ODS 5 – Igualdade de Gênero. Destacam-se ainda nesta temática, a realização de múltiplas ações que visam potencializar o engajamento da comunidade em questões sociais, dentre outras, a realização da primeira Feira Afro de Mulheres Empreendedoras, promovida na sede do Fibra, a realização pelo segundo ano do Mês da Diversidade & Inclusão, com uma programação focada em diversas palestras com intuito de promover um ambiente corporativo cada vez mais acolhedor, e a finalização do primeiro censo de diversidade no Fibra, iniciativa que auxiliará a mapear e entender melhor as necessidades específicas de cada diversidade.

Na temática Governança (G), conquistamos o Selo Empresa Pró Ética edição 2022-2023, iniciativa promovida através de uma parceria entre a Controladoria Geral da União (CGU) e o Instituto Ethos, que busca fomentar a adoção voluntária de medidas de integridade pelas empresas e demonstra a solidez do nosso Programa de Integridade, cujos pilares são essenciais para fomentar e manter uma cultura de integridade no ambiente organizacional, bem como garantir a sustentabilidade financeira e reputacional do nosso negócio. Dada a relevância do tema integridade para o Fibra, realizamos ainda a associação ao Movimento Transparência 100% promovido pela Rede Brasil do Pacto Global da ONU, que tem como objetivo fortalecer mecanismos de transparência e integridade em empresas de destaque para torná-las mais resilientes e exemplos de sucesso para as demais empresas do país e adesão ao Movimento Call to Action, que visa contribuir na sensibilização dos governos na luta anticorrupção. Em 2023 foram ainda, lançadas duas novas políticas relevantes aos nossos tópicos materiais, sendo a Política de Direitos Humanos e a Política de Transparência, que já estão disponíveis na página de Governança Corporativa do Fibra (<https://bancofibra.com.br/governanca-corporativa/>).

Por fim, não obstante às ações apresentadas até aqui, mantivemos nosso compromisso em realizar aquelas ações que, por sua relevância, já tornaram-se recorrentes, e envolvem desde comunicação interna e externa sobre os temas ESG com nossos públicos de interesse, até ações de engajamento a partir da celebração de datas importantes como o Dia Mundial do Meio Ambiente, sendo realizado pelo segundo ano consecutivo a Semana do meio Ambiente, contemplando ações para influenciar nossos colaboradores na redução do consumo de plásticos e na diminuição de impressões realizadas na sede do Fibra.

As informações apresentadas neste item, não foram objeto de exame dos auditores independentes.

• Responsabilidade Social, Ambiental e Climática

A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática ("PRRSAC") apresenta os princípios, estratégias e diretrizes de natureza social, ambiental e climática a serem observados na condução dos nossos negócios, atividades e processos, bem como em sua relação com as partes interessadas, estando 100% alinhada ao posicionamento institucional da companhia no âmbito das questões ESG.

Ressalta-se que a avaliação dos riscos social, ambiental e climático é parte integrante do processo de aceitação/renovação de clientes e fornecedores relevantes do Banco Fibra e inclui a análise do compromisso e da capacidade do cliente e/ou fornecedor relevante em prevenir, reduzir, mitigar e gerir os possíveis impactos sociais, ambientais e climáticos de suas atividades. Ao final deste processo, é atribuído um Rating RSAC (Risco Social, Ambiental e Climático) para os clientes elegíveis, bem como fornecedores relevantes.

Esse processo faz parte e contribui para a robustez da estrutura de gerenciamento integrado de riscos da companhia, compondo uma dimensão exclusiva na matriz de Appetite a Risco (RAS) da instituição, acompanhada periodicamente pela Diretoria e Conselho de Administração.

A gestão dos riscos social, ambiental e climático está integrada aos demais riscos a que o Banco está exposto (crédito, de mercado, IRRBB, liquidez e operacional), possibilitando assim a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre estes riscos, por meio do Gerenciamento Integrado de Riscos (GIR). Os princípios, estratégias e diretrizes de natureza social, ambiental e climática a serem observados na condução dos nossos negócios, atividades e processos estão detalhados no Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (GRSAC), disponível na página de Sustentabilidade do Fibra (<https://bancofibra.com.br/sustentabilidade/>). □

e. Risco operacional

No Banco Fibra, o risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas e controles internos da instituição, ou advindas de eventos externos.

A estrutura de Gestão de Risco Operacional adota um modelo único em todo o Banco Fibra para mapear processos e atividades, identificar e avaliar riscos operacionais, bem como para avaliar a eficácia do ambiente de controles internos. Essa estrutura também é responsável pela elaboração e testes periódicos de efetividade dos controles internos, coordenar a avaliação de riscos através da aplicação de RCSA (*Risk and Control Self Assessment*) junto às áreas de negócio (primeira linha de defesa), além de identificar e sugerir melhorias de processos que mitiguem riscos e aumentem a eficiência operacional, utilizando diversas ferramentas, incluindo a metodologia Lean para melhoria contínua.

São apresentados a cada área de negócio, todos os mecanismos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento e reporte de eventos de risco operacional, bem como a disseminação da cultura de controles. Os principais resultados das avaliações de risco são apresentados periodicamente aos Comitês de Auditoria e de Gestão de Riscos, para que estes possam manifestar-se expressamente acerca das ações a serem implementadas para correção tempestiva das principais deficiências apontadas.

As recomendações de melhorias aplicáveis resultam em planos de ação com prazos e responsabilidades definidos e a principal responsabilidade pelo desenvolvimento e implementação de controles para mitigação de riscos operacionais é atribuída às equipes de primeira linha de defesa, com total apoio da segunda linha de defesa, a estrutura de Gestão de Riscos e Controles Internos. Em cumprimento aos requisitos regulatórios, o Banco Fibra possui processos que abrangem políticas institucionais, procedimentos, sistemas e planos de contingência e continuidade do negócio para a mitigação quanto à ocorrência de eventos indesejáveis.

Plano de continuidade de negócios (PCN)

A estrutura adotada no plano de continuidade de Negócios utiliza uma abordagem de equipe para resposta a emergências e interrupções, com a utilização de recursos e processos, adequadamente documentados, de modo a minimizar o impacto de eventuais interrupções e proporcionar a retomada de atividades críticas em condições e prazos adequados.

Há uma coordenação central de Continuidade de Negócios para apoiar as áreas de negócios, proprietárias dos procedimentos de recuperação, assim como para garantir a uniformidade de ações e de comunicação. As deliberações para o PCN são realizadas em comitês, de acordo com a necessidade da Instituição.

Periodicamente o Banco Fibra realiza testes de Continuidade de Negócios de forma a verificar a real adequação dos procedimentos de recuperação aos seus propósitos.

8. Operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito

a. Composição da carteira por produto

	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos	2.152.531	1.932.319
Financiamentos	756.076	862.225
Financiamentos rurais e agroindustriais	246.940	276.354
Operações de crédito	3.155.547	3.070.898
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(65.585)	(51.600)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	157.310	192.833
Títulos e créditos a receber	3.247.488	2.314.472
Outros créditos com característica de concessão de crédito	3.404.798	2.507.305
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(27.089)	(16.474)
Títulos Privado	760.471	568.421
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(57.472)	(59.709)
Garantias financeiras prestadas ⁽¹⁾	885.670	624.293
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(4.322)	(2.065)
Total da carteira com características de concessão de crédito ao Custo Amortizado	6.560.345	5.578.203
Total da carteira expandida ao Custo Amortizado	8.206.486	6.770.917
Total (-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(154.468)	(129.848)
Total de operações de crédito, líquido de perda de crédito esperada	8.052.018	6.641.069

⁽¹⁾ Contabilizados em contas de compensação, as garantias financeira prestadas são compostas da seguinte forma: Fianças prestadas a cliente no montante de R\$ 856.975 (R\$ 619.153 em 2022) e R\$ 28.695 de Créditos abertos para importação (R\$ 5.140 em 2022).

b. Por vencimento

	Operações em curso normal						Em curso anormal		31/12/2023
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360	Acima de 360	Vencidos	Total	
					dias	dias			
Operações de crédito	594.319	365.028	255.407	466.882	541.072	906.950	25.889	3.155.547	
Outros créditos com característica de concessão de crédito	1.991.009	772.120	393.131	138.237	80.157	2.776	27.368	3.404.798	
Títulos Privado	-	-	-	-	14.165	746.306	-	760.471	
Garantias financeiras prestadas	67.406	137.131	30.912	228.592	385.269	36.360	-	885.670	
Total								8.206.486	

	Operações em curso normal						Em curso anormal		31/12/2022
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360	Acima de 360	Vencidos	Total	
					dias	dias			
Operações de crédito	326.987	266.466	289.319	635.579	540.322	1.001.635	10.590	3.070.898	
Outros créditos com característica de concessão de crédito	1.284.736	649.360	211.158	263.809	84.195	5.260	8.787	2.507.305	
Títulos Privado	-	-	81.559	-	1.511	485.351	-	568.421	
Garantias financeiras prestadas	22.896	49.151	34.089	163.589	323.889	30.679	-	624.293	
Total								6.770.917	

c. Composição por ramo de atividade

	31/12/2023	%	31/12/2022	%
Indústria	3.700.099	45,1%	2.664.646	39,4%
Comércio	1.678.070	20,4%	1.261.133	18,6%
Serviços	786.866	9,6%	1.103.567	16,3%
Rurais	123.459	1,5%	78.707	1,2%
Habitação	170.164	2,1%	134.503	2,0%
Intermediários financeiros	1.667.332	20,3%	1.458.939	21,5%
Pessoas físicas	80.496	1,0%	69.422	1,0%
Total da carteira	8.206.486	100,0%	6.770.917	100,0%

d. Concentrações dos riscos de crédito

	Banco e Consolidado			
	31/12/2023	%	31/12/2022	%
Principal Devedor	362.842	4,4%	348.629	5,1%
2º ao 10º Maiores devedores	1.527.803	18,6%	1.040.893	15,4%
11º ao 20º Maiores devedores	873.366	10,6%	725.760	10,7%
21º ao 50º Maiores devedores	1.430.979	17,4%	1.827.461	27,0%
51º ao 100º Maiores devedores	1.285.191	15,7%	954.594	14,1%
Demais devedores	2.726.305	33,3%	1.873.580	27,7%
Total da carteira	8.206.486	100,0%	6.770.917	100,0%

e. Cessão de créditos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não houve cessão de crédito da carteira ativa. Em 31 de dezembro de 2022, foram cedidos, sem retenção de riscos, créditos da carteira ativa do atacado no montante de R\$ 5.211, esta operação gerou um resultado de (R\$ 611)

f. Operações ativas vinculadas

Apresentamos abaixo informações relativas a operações ativas vinculadas, realizadas na forma prevista na Resolução CMN nº 2.921/02.

	31/12/2023		31/12/2022	
	Posição Patrimonial	Resultado no exercício	Posição Patrimonial	Resultado no exercício
Operações vinculadas ativas	-	3.144	67.087	8.319
Operação de crédito	-	3.144	67.087	8.319
Recursos captados	-	(2.855)	66.363	(7.549)
CDB vinculado	-	(2.855)	66.363	(7.549)
Resultado líquido das operações vinculadas		289		770

Em 31 de dezembro de 2023 não houve operações vinculadas ativas e em dezembro de 2022 as operações encontravam-se adimplentes.

9. Provisão para Perda Esperada

a. Composição dos ativos financeiros ao custo amortizado por estágio

	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	157.310	178.267	-	-	-	14.566
Empréstimos	2.061.822	1.876.428	2.059	1.781	88.650	54.110
Financiamentos	748.298	862.019	-	-	7.778	206
Financiamentos rurais e agroindustriais	246.940	276.354	-	-	-	-
Títulos descontados e créditos a receber	3.220.010	2.314.462	47	2	27.431	8
Títulos Privado	760.471	469.904	-	-	-	98.517
Ativos financeiros ao custo amortizado	7.194.851	5.977.434	2.106	1.783	123.859	167.407
Garantias financeiras prestadas ⁽¹⁾	885.670	624.293	-	-	-	-
Total	8.080.521	6.601.727	2.106	1.783	123.859	167.407

⁽¹⁾ Contabilizada em contas de compensação.

b. Composição do saldo das provisões para perdas de crédito esperadas por classificação de ativo financeiro

As perdas com redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica de "provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito". As tabelas a seguir representam a segregação das perdas esperadas por estágios e produtos, bem como a movimentação da provisão no semestre.

	31/12/2023				31/12/2022			
	1º	2º	3º	Total	1º	2º	3º	Total
Estágios 1 - 2 - 3								
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1.910	-	-	1.910	1.372	-	8.642	10.014
Empréstimos	18.035	45	34.697	52.777	12.195	106	32.093	44.394
Financiamentos	7.574	-	3.037	10.611	5.247	-	122	5.369
Financiamentos rurais e agroindustriais	2.197	-	-	2.197	1.837	-	-	1.837
Títulos descontados e créditos a receber	11.015	1	14.163	25.179	6.455	-	5	6.460
Títulos privado	57.472	-	-	57.472	1.255	-	58.454	59.709
Ativos financeiros ao custo amortizado	98.203	46	51.897	150.146	28.361	106	99.316	127.783
Garantias financeiras prestadas ⁽¹⁾	4.322	-	-	4.322	2.065	-	-	2.065
Total	102.525	46	51.897	154.468	30.426	106	99.316	129.848

⁽¹⁾ Contabilizados no passivo (Nota 15b).

c. Movimentação dos saldos das provisões para perdas esperadas dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

	31/12/2023			
	1º	2º	3º	Total
Estágios 1 - 2 - 3				
Saldos em 31 de dezembro de 2022	30.426	106	99.316	129.848
Movimento				
Migração de estágio:				
Estágio 1 para o Estágio 3	(663)	-	17.754	17.091
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(10)	139	129
Estágio 3 para o Estágio 1	637	-	(4.261)	(3.624)
Ativos originados ⁽¹⁾	94.494	46	15.533	110.073
Ativos liquidados e créditos compensados como prejuízo	(22.369)	(96)	(76.584)	(99.049)
Total dos movimentos	72.099	(60)	(47.419)	24.620
Saldos em 30 de dezembro de 2023	102.525	46	51.897	154.468

⁽¹⁾ Considera-se os ativos financeiros que não sofreram migração de estágio e novas operações no semestre.

	31/12/2022			
	1º	2º	3º	Total
Estágios 1 - 2 - 3				
Saldos em 31 de dezembro de 2021	34.537	1.815	75.057	111.409
Movimento				
Migração de estágio:				
Estágio 1 para o Estágio 3	(77)	-	714	637
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(604)	5.219	4.615
Ativos originados ⁽¹⁾	20.870	107	87.110	108.087
Ativos liquidados e créditos compensados como prejuízo	(24.904)	(1.212)	(68.784)	(94.900)
Total dos movimentos	(4.111)	(1.709)	24.259	18.439
Saldos em 31 de dezembro de 2022	30.426	106	99.316	129.848

⁽¹⁾ Considera-se os ativos financeiros que não sofreram migração de estágio e novas operações no semestre.

O saldo dos créditos renegociados no exercício foi de R\$ 2.168 (R\$ 60.365 em 2022). O total de recuperação de créditos anteriormente baixados foi de R\$ 36.753 (R\$ 24.459 em 2022). A provisão para perda de crédito esperada é mensurada com base na alteração do risco de inadimplência observado entre a data de originação e a data de reavaliação. Para esse fim, foi adotado, como parâmetro, a segregação dos recebíveis em estágio 1, estágio 2 e estágio 3. No estágio 1 são incluídos os recebíveis com baixo risco de inadimplência e no estágio 2, são incluídos os recebíveis para os quais foram identificadas alterações significativas no risco de inadimplência. O estágio 3 é destinado, aos recebíveis problemáticos que já se mostram com sinais evidentes de deterioração.

10. Investimentos

a. Ativos intangíveis

Movimentação do intangível no exercício:

	Saldo residual em 31/12/2022	Aquisições	Baixas	Despesa de amortização	Saldo residual em 31/12/2023
Licenças e Direitos de Uso	684	-	-	(151)	533
Processamento de Dados ⁽¹⁾	25.496	10.574	(135)	(7.974)	27.961
Total	26.180	10.574	(135)	(8.125)	28.494

⁽¹⁾ Refere-se substancialmente a gastos com desenvolvimento de sistemas.

b. Redução ao valor recuperável dos ativos

Em 31 de dezembro de 2023 ocorreu uma baixa de processamento de dados no valor de R\$ 135 (em 31 de dezembro de 2022, não ocorreram baixas por *impairment*).

11. Depósitos

	Sem vencimento	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos à vista	207.492	-	-	-	-	-	207.492	231.679
Depósitos interfinanceiros	-	139	10.476	-	-	-	10.615	96
Depósitos a prazo	-	978.538	728.490	682.612	1.488.956	4.614.372	8.492.968	7.682.302
Total	207.492	978.677	738.966	682.612	1.488.956	4.614.372	8.711.075	7.914.077

12. Captações no Mercado Aberto

Refere-se a operações de venda de títulos no mercado com compromisso de recompra.

	31/12/2023	31/12/2022
Títulos públicos federais		
LTN - Letras do tesouro nacional	-	69.066
NTN - Notas do tesouro nacional	3.792.176	2.723.780
Total de carteira própria	3.792.176	2.792.846

13. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31/12/2023	Total em 31/12/2022
LCA - Letras de créditos do agronegócio ⁽¹⁾	15.828	31.506	78.613	35.940	45.433	207.320	163.862
LF - Letras financeiras ⁽²⁾	-	-	-	1.180	64.549	65.729	17.527
Total	15.828	31.506	78.613	37.120	109.982	273.049	181.389

As operações de LCA são lastreadas com operações ativas do Banco.

Os recursos captados foram corrigidos pelas taxas e indexadores a seguir:

⁽¹⁾ LCA com taxas que variam de 107% a 115% do CDI e taxas pré de 10,87% a 15,71% a.a.

⁽²⁾ LF à taxa de 100% a 114,2% do CDI ou IPCA

14. Outros ativos e passivos financeiros

a. Outros ativos

	31/12/2023	31/12/2022
Financeiros		
Ao custo amortizado	1.204.323	1.708.331
Depósitos em garantia ⁽¹⁾	636.738	593.385
Impostos a compensar	26.385	25.288
Negociação e intermediação de valores	13.979	11.019
Comissões de fianças a receber	8.744	7.296
Valores a receber	249.610	93.976
Carteira de câmbio	171.042	815.084
Relações interfinanceiras e interdependências	96.327	158.625
Outros	1.498	3.658
Não financeiros	265.331	281.844
Ativos não correntes disponíveis para venda	217.838	237.049
Despesas antecipadas	47.493	44.795

⁽¹⁾ Refere-se substancialmente a depósitos judiciais para PIS e COFINS

b. Outros passivos

	31/12/2023	31/12/2022
Financeiros		
Ao custo amortizado	801.287	1.413.943
Relações interfinanceiras e interdependências	38.864	21.808
Carteira de câmbio	174.435	809.569
Obrigações por empréstimos e repasses	359.489	349.438
Dívidas subordinadas	189.474	187.739
Negociação e intermediação de valores	-	8.531
Passivo de arrendamento	26.473	28.389
Diversos	12.552	8.469

15. Outros Passivos

a. Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para imposto de renda e contribuições sobre o lucro	684	413
Impostos e contribuições a recolher	13.813	14.137
Total	14.497	14.550

b. Provisões

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para fianças prestadas	4.322	2.065
Provisões para contingências cíveis	2.373	2.881
Provisões para contingências fiscais	473.966	444.681
Provisões para contingências trabalhistas	53.740	52.677
Provisões para pagamentos a efetuar	12.771	22.973
Provisões sobre participações no resultado	20.300	20.400
Total	567.472	545.677

c. Outras despesas administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de aluguéis	5.787	7.131
Despesas de amortização	8.125	5.790
Despesas de comunicação	2.847	2.782
Despesas de depreciação	1.775	1.123
Despesas de manutenção e conservação de bens	3.149	4.236
Despesas de processamento de dados	30.910	23.868
Despesas de serviços sistema financeiro	8.768	11.108
Despesas de serviços técnicos especializados	14.676	6.789
Despesas de serviços de terceiros	530	4.868
Despesas de transporte	341	455
Despesas de seguros	1.384	936
Despesas de viagens	769	793
Impostos e taxas	518	2.081
Outras despesas administrativas	5.173	3.444
Total	84.752	75.404

d. Outras receitas operacionais

	31/12/2023	31/12/2022
Atualização monetária	84.696	39.028
Reversão de contingências cíveis/trabalhistas	2.548	11.790
Variação cambial	7.753	-
Outras	2.642	5.916
Total	97.639	56.734

e. Outras despesas operacionais

	31/12/2023	31/12/2022
Custas processuais	2.038	1.228
Despesas de atualização monetária	203	184
Despesas de fianças	242	16
Pagamento de indenizações cíveis	5.301	13.575
Desconto concedido	5.381	2.150
Variação cambial	-	67.785
Outras	418	1.328
Total	13.583	86.266

f. Resultado não operacional

Totaliza R\$ 103.769 (R\$ 46.075 em 2022), é representado substancialmente, pelos ganhos e perdas na alienação ou provisão para desvalorização de ativos não correntes disponíveis para venda no Banco Fibra.

g. Obrigações fiscais diferidas

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 16b)	18.118	44.948
Total	18.118	44.948

16. Tributos

a. Composição das despesas com impostos e contribuições

Demonstramos a seguir o Imposto de Renda e Contribuição Social devidos sobre as operações do período:

	31/12/2023			31/12/2022		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Resultado antes do IRPJ e CSLL	35.069	35.069	35.069	55.452	55.452	55.452
Consolidação IRRF - Exterior	(9.471)	(9.471)	(9.471)	-	-	-
Resultado antes do IRPJ e CSLL - Consolidado	25.599	25.599	25.599	55.452	55.452	55.452
Encargos						
IRPJ - 25% e CSLL - 25% (20% até jun./2021)	(6.399)	(5.120)	(11.519)	(13.863)	(11.645)	(25.508)
Adições e exclusões no cálculo de impostos	8.093	(2.161)	5.932	(2.933)	(1.305)	(4.238)
Participações em controladas	4.927	3.941	8.868	5.687	5.179	10.866
Despesas não dedutíveis - Permanentes	(1.836)	(1.458)	(3.294)	(3.039)	(2.339)	(5.378)
IRRF a compensar - Exterior	9.471	-	9.471	-	-	-
IRPJ e CSLL diferido - Exterior	(6.317)	(5.053)	(11.370)	(5.665)	(4.758)	(10.423)
Adicional IRPJ	24	-	24	24	-	24
Efeito do diferencial de alíquota da CSLL	-	(1.039)	(1.039)	-	565	565
Outros	1.824	1.448	3.272	60	48	108
Imposto de renda e contribuição social	1.694	(7.281)	(5.587)	(16.796)	(12.950)	(29.746)
Consolidação IRRF - Exterior	(9.471)	-	(9.471)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social - Consolidado	(7.777)	(7.281)	(15.058)	(16.796)	(12.950)	(29.746)

b. Créditos tributários

I - Em 31 de dezembro de 2023, o Banco Fibra possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados com base nas alíquotas vigentes, conforme demonstrado a seguir. Esses créditos estão registrados em "Outros Créditos - Créditos tributários diferidos", tendo em vista as estimativas de realização dos créditos, face à projeção de lucros tributáveis baseada em estudo técnico que é revisito, no mínimo semestralmente (30 de junho e 31 de dezembro).

O estudo foi atualizado também para 31 de dezembro de 2023, conforme previsto pela regulamentação vigente, e foi aprovado pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2024. Em termos gerais, o referido estudo atende aos requisitos necessários para suporte à manutenção da contabilização do ativo fiscal diferido.

Os principais fatores que fundamentam a projeção de rentabilidade futura para os próximos 10 anos são:

- Premissas básicas aderentes aos planos estratégicos da Instituição e ao cenário macroeconômico atual;
- Projeções de resultado compatíveis com os negócios, estratégias e estruturas operacionais e de capital;
- Crescimento das carteiras de crédito de atacado e aplicação de "spreads" aderentes às expectativas de mercado;
- Esgotamento total da carteira de crédito do segmento varejo;
- Incremento nas receitas de prestação de serviços, tarifas e outras receitas não-crédito, compatíveis com o mercado e com a estrutura de produtos oferecidos pelo Banco;
- Perdas com crédito projetadas com base em percentuais compatíveis com o mercado;
- Estimativa de despesas e custos operacionais baseada na inflação projetada e nas necessidades operacionais da Instituição;
- Despesa de impostos sobre lucros tributáveis, considerando o aumento da alíquota da CSLL de 20% para 21%, em razão da Lei nº 14.446 de 02/09/2022 a partir de agosto até dezembro/2022;
- Despesa de impostos sobre lucros tributáveis, considerando o aumento da alíquota da CSLL de 21% para 20%, no exercício de 2023;
- Histórico de geração de lucro tributável recorrente nos últimos seis exercícios, conforme já havia sido projetado nos estudos técnicos nos anos anteriores; e
- Contínua melhora nos resultados apropriados pela Instituição, ao longo dos últimos exercícios, incluindo 2023.

A realização desses créditos tributários, no período estimado de realização, depende da materialização dessas premissas na forma como projetadas.

	31/12/2022	Constituição	(Realização)	31/12/2023
Total de créditos tributários de diferenças temporárias	842.609	34.915	(68.742)	808.782
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	563.212	18.635	(38.289)	543.558
Provisão para contingências trabalhistas	23.705	478	-	24.183
Provisão para contingências - outros	209.035	14.605	-	223.640
Ajuste marcação a mercado	33.937	-	(28.459)	5.478
Provisão para desvalorização de bens não de uso	9.328	1.197	-	10.525
Outras	3.392	-	(1.994)	1.398
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	322.487	-	(3.714)	318.773
Total de créditos tributários	1.165.096	34.915	(72.456)	1.127.555
Obrigações diferidas	(44.948)	-	26.830	(18.118)
Créditos tributários líquidos	1.120.148	34.915	(45.626)	1.109.437

II - Apresentamos abaixo a expectativa anual de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, e seu respectivo valor presente. Para o cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizado o CDI projetado ano a ano, para os próximos 10 anos, aplicada sobre os valores nominais da expectativa de realização, deduzindo o efeito tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas na data do balanço.

	Ano de realização	Consolidado
	2024	66.531
	2025	62.734
	2026	90.405
	2027	317.486
	2028	98.087
	2029	109.381
	2030	124.771
	2031	145.787
	2032	112.373
		1.127.555
Total		692.652
Valor presente		

17. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O Banco Fibra e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária.

a. Ativos contingentes

Não há ativos contingentes registrados contabilmente. Contudo, em sede do mandado de segurança nº 0001463.05-2011.403.6100, pleiteia-se o direito à compensação dos valores de PIS e COFINS indevidamente recolhidos desde junho de 2001 a maio de 2006, nos termos do artigo 74 da Lei nº 9.430/96, com perspectiva de êxito remota, no montante de R\$ 35.352 (R\$ 33.896 em 2022), e cujo mérito da exigência se encontra em debate nos casos abaixo:

PIS: Mandado de segurança nº 0014234-88.2006.4.03.6100 impetrado em 06/2006, com vistas à concessão de segurança para autorizar o recolhimento do PIS apenas sobre receitas decorrentes da prestação de serviços. Por conta da adesão ao programa especial de regularização tributária - PERT em 08/2017, detalhado no item "c" abaixo, houve desistência deste processo bem como desistência parcial do mandado de segurança nº 0001463.05-2011.403.6100 apenas em relação ao direito à compensação do PIS. Assim sendo, remanesce a discussão judicial da compensação no tocante à COFINS, o que corresponde ao montante atualizado de R\$ 35.352 (R\$ 33.896 em 2022). COFINS: Mandado de segurança nº 2006.61.00.014235-1 impetrado em 06/2006, com vistas à concessão de segurança para autorizar o recolhimento do COFINS apenas sobre receitas decorrentes da prestação de serviços.

b. Passivos de natureza trabalhista e cível

No caso das ações cíveis, o Banco Fibra efetua provisão em montante considerado suficiente com base no histórico de perdas apuradas nos últimos anos, além da adequação aos precedentes dos Tribunais. São consideradas no cálculo da provisão as ações cíveis em que a empresa figure no pólo passivo, através do critério concernente ao produto Atacado e Varejo, a saber: (i) para as ações, cujo objeto seja um produto do atacado, foi provisionado, no consolidado, o valor de R\$ 640 (R\$ 643 em 2022) para os casos em que há probabilidade de perda com desembolso financeiro; e (ii) para as ações, cujo objeto seja um produto do varejo, foi provisionado, no consolidado, o valor de R\$ 1.732 (R\$ 2.238 em 2022), quando se tratar de ações indenizatórias e de repetições de indébito.

No caso das ações trabalhistas, a avaliação é efetuada com base de dados das ações encerradas com trânsito em julgado desde 2007 a 2023. Os valores são apurados e aplicados para os processos em aberto, considerando a média de indenização e ponderação de êxito por verba, expurgados os casos excepcionais. Em 31 de dezembro de 2023, no consolidado, o saldo da provisão de Passivos Trabalhistas monta R\$ 53.740 (R\$ 52.677 em 2022).

c. Obrigações legais - Provisões para contingências

Os passivos contingentes classificados como perdas prováveis referem-se principalmente ao processo de alargamento da base de PIS e COFINS.

O Banco Fibra e suas controladas impetraram mandado de segurança visando garantir o direito líquido e certo de recolher a contribuição para o PIS e COFINS somente com base nas receitas provenientes da prestação de serviços, Lei nº 9.718/98 (alargamento da base de cálculo), relativamente ao período – base de junho de 2006 e subsequentes, bem como de proceder a compensação dos valores indevidamente recolhidos a tal título, desde junho de 2001, nos termos do artigo 74º da lei nº 9.430/96, com redação dada pela Lei nº 10.637/02, acrescidos da taxa de juros SELIC, conforme determinado pela Lei nº 9.250/95.

Em observância a decisão de 10/12/2010, exarada nos autos da medida cautelar, que atribuiu efeito suspensivo ao recurso extraordinário, não foi necessária a realização de depósito judicial para o PIS nas empresas Banco Fibra e Fibra Asset DTVM (incorporada pelo Banco Fibra em 31/08/2013). Para a empresa Credifibra (incorporada pelo Banco Fibra em 31/10/2012) foram efetuados os depósitos judiciais para o PIS no montante de R\$ 8.221 (R\$ 7.701 em 2022). No que tange a COFINS (Banco e suas Controladas), a partir de abril de 2012 foram efetuados os depósitos judiciais que somados perfazem o valor de R\$ 491.575 (R\$ 460.936 em 2022), conforme disposto no parágrafo 2º, do artigo 63 da Lei nº 9.430/96.

Os advogados externos contratados, responsáveis pela condução dos processos remanescentes (PIS - Credifibra e COFINS - Credifibra, Banco Fibra e Fibra Asset DTVM), entendem que a probabilidade de perda é provável, sendo que o montante de R\$ 473.966 (R\$ 444.681 em 2022) encontra-se integralmente provisionado, registrado no longo prazo, na rubrica "Provisões".

d. Contingências passivas com risco de perda possível

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pela instituição e estão baseados nos pareceres dos consultores jurídicos externos contratados em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, não estão reconhecidas contabilmente as contingências classificadas como perdas possíveis no montante de R\$ 664.157 (R\$ 612.231 em 2022), sendo compostas, principalmente, pelas seguintes questões: a) Auto de infração lavrado pela Receita Federal, referente à IRPJ e CSLL, em razão de ganho auferido na devolução do patrimônio social de entidade isenta, no ano calendário de 2007, no valor de R\$ 60.149 (R\$ 50.103 em 2022); b) Glosa de despesas realizadas a título de variação cambial, tributação de ganhos auferidos em devolução do patrimônio de entidades isentas e dedutibilidade em excesso de juros sobre capital próprio, no valor de R\$ 28.740 (R\$ 28.740 em 2022); c) Auto de infração referente IRRF sobre JCP pago a empresa no exterior, relativo aos anos de 2009 e 2010, no valor de R\$ 856 (R\$ 885 em 2022); d) Auto de infração previdenciário, no valor de R\$ 109.588 (R\$ 106.626 em 2022); e) Glosa de amortização de ágio apropriada em 2011 no valor de R\$ 25.709 (R\$ 23.976 em 2022); f) Exclusão indevida da base de cálculo do IRPJ e CSLL de créditos recuperados e glosa de despesas em 2011, no valor de R\$ 11.761 (R\$ 10.968 em 2022); g) Glosa de amortização de ágio apropriada de janeiro a outubro de 2012 no valor de R\$ 18.176 (R\$ 16.900 em 2022); h) Glosa complementar de amortização de ágio apropriado em novembro e dezembro de 2012 e exclusão indevida da base de cálculo do IRPJ e CSLL de créditos recuperados e glosa de despesas em 2012, no valor de R\$ 20.558 (R\$ 20.558 em 2022); i) Glosa de despesas e amortização de ágio apropriada na base de cálculo do IRPJ e CSLL ano calendário 2014, no valor de R\$ 17.564 (R\$ 16.147 em 2022); j) Glosa de amortização de ágio apropriada de janeiro a dezembro/2015 no valor de R\$ 22.24.429 (R\$ 22.371 em 2022); k) Glosa de Despesas em Operações com Derivativos de Hedge da base de cálculo do PIS e COFINS nos meses de 08/2015 a 12/2015 no valor de R\$ 84.108 (R\$ 77.291 em 2022) e L) Glosa de amortização de ágio apropriada de 2016 a 2019 no valor de R\$ 140.916 (R\$ 128.059 em 2022).

e. Movimentação das provisões para passivos contingentes

	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2023
Processos cíveis	11.917	1.024	(10.060)	2.881	198	(706)	2.373
Processos trabalhistas	49.934	4.335	(1.592)	52.677	2.521	(1.458)	53.740
Processos fiscais	416.776	27.905	-	444.681	29.285	-	473.966
Total	478.627	33.264	(11.652)	500.239	32.004	(2.164)	530.079

f. Programa de pagamento ou parcelamento de tributos federais – Lei nº 11.941/09

O Banco Fibra e suas controladas aderiram ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários da Lei nº 11.941/09. Em 30/06/11, os valores foram consolidados e pagos à vista, no montante de R\$ 13.244, exceto para os processos judiciais garantidos por depósitos, que aguardam a vinculação dos depósitos efetuados nos autos do mandado de segurança para quitação dos valores devidos e posterior levantamento dos saldos remanescentes dos processos. A provisão em 31/12/2023 é de R\$ 4.426 (R\$ 4.294 em 2022). O principal processo incluído nesse programa se refere a CSLL Isonomia.

18. Patrimônio Líquido

a. Capital Social

O capital social está representado por 6.335.020.888 ações ordinárias (6.335.020.888 em 2022), todas nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária corresponde 1 (um) voto nas deliberações das assembleias gerais dos acionistas.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 06 de dezembro de 2022, foi deliberado redução de capital mediante absorção de prejuízos acumulados de exercícios anteriores no valor de R\$ 917.111 com base no saldo de 30 de junho de 2022 da conta de "Lucros ou Prejuízos acumulados". A referida redução não implicará em cancelamento de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal e tampouco na restituição de valores aos acionistas. Tal procedimento foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 17 de março de 2023.

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a destinação não mais se faz obrigatória. Em dezembro de 2023 foi constituído o montante de R\$ 620 (R\$ 214 em dezembro de 2022).

19. Transações com Partes Relacionadas

a. Partes Relacionadas

Os valores abaixo se referem a transações do Banco Fibra com empresas ligadas. Nas operações envolvendo partes relacionadas foram praticadas taxas e condições usuais de mercado nas datas das transações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os saldos das transações entre partes relacionadas, são os seguintes:

Coligadas do Grupo Controlador	Taxa Contratual ao ano	Vencimento até	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Títulos e valores mobiliários			24.190	25.672	4.586	1.351
CSN Inova Ventures	6,75%	jan/28	24.190	25.672	4.586	1.351
Instrumentos financeiros derivativos			(1.383)	1.149	(3.340)	2.030
Vicunha Têxtil S.A.	N/A	abr/24	(1.383)	1.149	(3.340)	2.030
Operações de crédito			74.369	69.670	13.680	4.133
Finobrasa Agroindustrial S.A.	6,8% até 20,54%	jan/25	10.763	7.710	2.614	1.278
Fibra Experts Empreendimentos Imobiliários Ltda.	N/A	N/A	-	-	-	966
Vicunha Têxtil S.A.	16,92%	jan/24	23.598	50.215	6.851	1.172
Rio Purus Participações S.A.	N/A	N/A	-	-	-	-
Fazenda Santa Otilia Agropecuária Ltda.	19,56% a 20,41%	fev/24	16.890	11.745	3.798	717
Taquari Participações S.A.	4%	out/28	23.118	-	417	-
Garantia financeira prestada			-	4.000	1	1.850
Finobrasa Agroindustrial S.A.	N/A	N/A	-	4.000	1	1.850
Transferências de direitos sem coobrigação			-	-	4.652	1.595
Companhia Siderúrgica Nacional	N/A	N/A	-	-	4.652	1.595
Tarifas			-	-	108	338
Finobrasa Agroindustrial S.A.	N/A	N/A	-	-	108	338
Títulos de dívidas no exterior			(732.179)	(541.556)	(9.643)	(10.001)
Companhia Siderúrgica Nacional	8,12%	fev/28	(114.969)	(123.908)	(9.027)	(9.769)
CSN Mineração S.A.	5,98% até 6,05%	fev/24	(617.210)	(417.648)	(616)	(232)
Depósitos à vista e a prazo			(51.643)	(499.533)	(19.223)	(42.059)
AVCO Polímeros do Brasil S.A.	N/A	N/A	(2)	-	-	-
Belém Bresser Empreendimento Imobiliário Ltda.	N/A	N/A	-	(3.889)	-	(466)
Bonança Projetos Imobiliários Ltda.	N/A	N/A	-	-	-	(7)
Calipal Projetos Imobiliários Ltda.	N/A	N/A	-	-	-	(102)
CIPLA - Serviços e Empreendimentos Imobiliários Ltda.	N/A	N/A	-	-	-	(63)
Companhia Siderúrgica Nacional	N/A	N/A	(80)	(159.691)	(5.118)	(20.811)
Fazenda Santa Otilia Agropecuária Ltda.	N/A	N/A	(15)	(1)	(9)	(240)
Fibra Experts Empreendimentos Imobiliários Ltda.	N/A	N/A	-	(12.888)	-	(3.264)
Fibra MZM Diadema Empreendimento Imobiliário Ltda.	N/A	N/A	-	-	-	(4)
Fibra Sequóia Guarulhos Empreendimento Imobiliário Ltda.	N/A	N/A	-	(2.954)	-	(143)
Fibra Participações Ltda.	N/A	N/A	-	(17.231)	-	(4.112)
Finobrasa Agroindustrial S.A.	N/A	N/A	(18)	(429)	(8)	(12)
Pajuçara Confeccões S.A.	100% do cdi	dez/25	(7.944)	(6.056)	(948)	(728)
Partifib Projetos Imobiliários André Casado Ltda.	N/A	N/A	-	-	-	(50)
Partifib Projetos Imobiliários Campo Belo Ltda.	N/A	N/A	-	-	-	(312)
Partifib Projetos Imobiliários Celso Garcia Ltda.	N/A	N/A	-	-	-	(164)
Partifib Projetos Imobiliários Eugenio de Melo Ltda.	N/A	N/A	-	-	-	(18)
Partifib Projetos Imobiliários F72 Ltda.	N/A	N/A	-	(1.654)	-	(529)
Partifib Projetos Imobiliários Gamma Ltda.	N/A	N/A	-	(365)	-	(49)
Partifib Projetos Imobiliários Liberdade Ltda.	N/A	N/A	-	(9.895)	-	(953)
Partifib Projetos Imobiliários Livramento Ltda.	N/A	N/A	-	-	-	(241)
Partifib Projetos Imobiliários Nova Odessa Ltda.	N/A	N/A	-	-	-	(28)
Partifib Projetos Imobiliários Teodureto Ltda.	N/A	N/A	-	-	-	(44)
Rio Purus Participações S.A.	100% do cdi	dez/25	(4.873)	(13.165)	(782)	(571)
Taquari Participações S.A.	N/A	N/A	(294)	(622)	(464)	(498)
Textília S.A.	N/A	N/A	(9)	-	-	-
Transnorddestina Logística S.A.	N/A	N/A	(1)	-	-	-
Tutóia Empreendimento Imobiliário S.A.	N/A	N/A	-	(162)	-	(20)
Vicunha Aços S.A.	100% do cdi	dez/25	(36.495)	(58.725)	(5.015)	(3.617)
Vicunha Distribuidora de Produtos Têxteis Ltda.	N/A	N/A	(10)	-	-	(122)
Vicunha Imóveis Ltda.	110% do cdi	fev/25	(1.004)	(3.972)	(304)	(731)
Vicunha Participações S.A.	N/A	N/A	-	(411)	-	(403)
Vicunha Serviços Ltda.	N/A	N/A	(1)	-	-	(1.509)
Vicunha Steel S.A.	100% do cdi	nov/24	(793)	(186.712)	(6.335)	(1.918)
Vicunha Têxtil S.A.	N/A	N/A	(9)	(20.711)	(109)	(330)
Elizabeth S/A Indústria Textil	100% do cdi	mai/25	(95)	-	(131)	-
Valores a receber			229.675	51.250	2.825	-
Taquari Participações S.A. (*)			229.675	51.250	2.825	-
(*) Refere-se a valores a receber pela venda de ativos não correntes disponíveis para venda.						

Controladores, acionistas e pessoal chave da administração	Taxa Contratual ao ano	Vencimento até	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos à vista e a prazo	100% a 116% do cdi	out/28	(1.365)	(1.119)	(229)	(145)
Letras de créditos imobiliários e do agronegócio - LCI e LCA	100% a 115% do cdi	dez/26	(2.864)	(114)	(276)	(67)

b. Remuneração Pessoal Chave da Administração

Apresentamos a seguir a composição da remuneração do pessoal chave da administração, conforme estabelecido pela IAS 24 (R1) – Divulgação de Partes Relacionadas parágrafo 17º e IAS 19 - Benefícios a empregados.

Administradores	31/12/2023	31/12/2022
Benefícios de curto prazo à empregados e administradores	13.093	11.271
Outros benefícios de longo prazo	11.735	9.381
Total	24.828	20.652

20. Limites Operacionais

As instituições financeiras devem manter patrimônio de referência mínimo de 10,00% dos seus ativos consolidados ponderados por graus de risco (risco de crédito, mercado e operacional). Em 31 de dezembro de 2023 o Banco Fibra estava enquadrado neste limite operacional, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio de referência (PR)	852.104	845.532
Patrimônio de referência exigido (PRE)	626.824	569.623
Valor correspondente ao RBAN ⁽¹⁾	2.832	15.543
Adicional de Capital Principal (conservação) ⁽²⁾	163.584	178.007
Margem	58.863	82.359

⁽¹⁾ Risco de Mercado de taxas de juros de carteira "banking". ⁽²⁾ Em 2023 e 2022, o RWA foi de 2,50%.

Em 31 de dezembro de 2023, o Índice de Basileia, em conformidade com as regras vigentes, correspondia a 10,87% (11,87% em dezembro de 2022).

21. Informações Complementares

a. Benefícios a funcionários

O Banco Fibra oferece aos seus empregados os seguintes benefícios: seguro de vida, seguro saúde, vale-alimentação, vale-refeição e vale-transporte. Nenhum destes benefícios é considerado como parte integrante do salário.

b. Participação nos lucros - Funcionários

O Banco Fibra possui modelo próprio de pagamento de Participação nos Lucros e Resultados, com critérios e parâmetros estabelecidos em plano específico.

22. Reconciliação do resultado BRGAAP e IFRS

Resultado	Referência	31/12/2023	31/12/2022
Resultado - BRGAAP		12.406	18.336
Ajuste IFRS 9 - Perda ao valor recup. de emprést. e recebíveis - Impairment	a	16.783	2.288
Ajuste IFRS - MTM	b	(2.136)	14.187
Ajuste IFRS - Ativo fiscal	d	(6.222)	(6.030)
Resultado - IFRS		20.831	28.781

a) Ajuste IFRS 9 - Perda ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis - Impairment

Baseando-se na orientação fornecida pelo IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", o Fibra estima a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, com base no histórico de perda de valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. O BRGAAP baseia-se na Resolução nº 2.682/99.

b) Ajuste IFRS - MTM

Os ativos financeiros foram classificados de acordo com o IFRS 9 - Instrumentos financeiros, com base no modelo de negócios da entidade para a gestão desses ativos e nas características de fluxo de caixa contratual. Alguns ativos financeiros que no BRGAAP tinham suas variações de valor justo reconhecidas no patrimônio líquido passaram a ser classificados ao custo amortizado e consequentemente os montantes referentes as variações no valor justo foram reclassificados para o resultado.

c) Ajuste IFRS 16 - Aluguel

O Fibra arrenda predominantemente ativos objetos dos contratos de arrendamento de negócios mobiliários e imobiliários referentes aos mecanismos de funcionamento de seu negócio. Em seu registro inicial, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Banco. O direito de uso a ser registrado é mensurado ao seu custo em contrapartida ao passivo de arrendamento que representa o valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados até a data. Para o BRGAAP, os alugueis são reconhecidos como despesa administrativa.

O IAS 12 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos para as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis. Os ajustes de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, calculados sobre os ajustes de IFRS, foram refletidos na reconciliação. Adicionalmente, são constituídos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos.

Membros da Diretoria Executiva

Arno Schwarz
Flávia Zahr
Jairo Avritchir (*)
José Lourenço Cassandre Junior
Kumaçae Hinki Junior
Rafael Pavão de Assis
Rodrigo de Faria Matias Bueno (*)
Patrícia Villas Boas Amaro

(*) Membros solicitaram renúncia aos respectivos cargos no exercício de 2023.

Contadora: Aline Guimarães Baldin Senefonte
CRC 1SP 289550

Relatório do Comitê de Auditoria de 31/12/2023**Introdução:**

Em conformidade ao disposto em seu Regimento Interno e as práticas de Governança Corporativa, compete ao Comitê de Auditoria zelar pelo aprimoramento da qualidade e efetividade dos controles e conformidade das operações e negócios do Conglomerado Fibra com os dispositivos regulamentares, fornecendo os resultados aos membros do Conselho de Administração, incluindo informações sobre as avaliações apresentadas pelas Auditorias Interna e Independente.

As análises do Comitê de Auditoria foram baseadas nas informações recebidas da Administração, da Contabilidade, da Auditoria Independente, da Auditoria Interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas próprias avaliações decorrentes de observação direta.

Compete à Administração do Banco Fibra S.A. ("Banco Fibra"), a definição e implantação dos sistemas de informações contábeis e gerenciais que produzem as demonstrações financeiras das empresas que compõem o Conglomerado, em observância à legislação societária, às práticas contábeis e às normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

A Administração também é responsável pelo aprimoramento contínuo de processos, políticas e procedimentos de controle que propiciem a salvaguarda dos ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e gerenciamento dos riscos, das operações e dos sistemas da Instituição.

A Grant Thornton Auditores Independentes, na qualidade de Auditor Independente, é a responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir opinião sobre a aderência aos princípios contábeis. Adicionalmente, produz relatório de recomendações para aprimoramento dos procedimentos contábeis e de controles internos.

A Auditoria Interna tem sua atuação voltada à avaliação da qualidade dos processos e efetividade dos controles internos e as atividades de gerenciamento de riscos, propiciando ao Comitê de Auditoria uma visão crítica dos principais riscos a que a instituição está exposta.

Atividades exercidas no âmbito das atribuições do Comitê de Auditoria, no período:

O Comitê de Auditoria do Banco Fibra se reuniu mensalmente e nestas reuniões, regulares ou extraordinárias, foram desempenhadas atividades com vistas à avaliação da qualidade e efetividade das Auditorias Independente e Interna, a suficiência dos sistemas de controles internos e a análise das demonstrações contábeis. Quando requerido, os responsáveis por processos, produtos ou áreas foram convocados para prestar esclarecimentos ao Comitê. Adicionalmente, reuniões periódicas foram realizadas com a Diretoria de Crédito da instituição e com o Economista-Chefe do Banco.

Avaliação do Sistema de Controles Internos:

O Comitê de Auditoria avaliou como adequado o Sistema de Controles Internos do Banco Fibra, que está baseado no aprimoramento contínuo do gerenciamento de riscos de produtos e processos e do ambiente de governança corporativa. Adicionalmente, o Comitê de Auditoria avalia o Sistema de Controles Internos como compatível ao porte e complexidade dos negócios do Banco Fibra.

Quanto aos riscos legais e de compliance, com base nas informações recebidas das áreas responsáveis e nos trabalhos da Auditoria Interna e Independente, concluímos que não foram identificadas falhas no cumprimento da legislação e/ou normas internas que possam colocar em risco a continuidade da instituição.

A Auditoria Interna, cujo planejamento anual de suas atividades é aprovado e acompanhado neste foro, completa o ciclo de auditoria a cada quatro anos e realiza trabalhos de auditoria operacionais, de sistemas e contínua com foco em riscos e utilizando-se de metodologia atualizada e reconhecida pelo mercado. As oportunidades de melhoria identificadas foram encaminhadas aos respectivos responsáveis e a implementação das recomendações acompanhadas no âmbito do Comitê de Auditoria. O Comitê avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna.

O Comitê de Auditoria tomou conhecimento das recomendações, planos de ação e prazos para a resolução das principais fragilidades e deficiências da organização, que foram comunicadas pelas áreas de Auditoria Interna, Compliance e Controles Internos e Riscos Operacionais, que possuem pauta fixa nas reuniões do Comitê. O Comitê considerou adequados os planos de ação apresentados e no âmbito de suas atribuições, vem, por meio da Auditoria Interna, acompanhando a execução dos mesmos.

Nesse sentido, durante o segundo semestre de 2023, o Comitê de Auditoria não identificou a necessidade de recomendações formais ao Conselho de Administração.

Auditoria Independente:

O escopo dos trabalhos de auditoria foi discutido e previamente aprovado pelos membros. A objetividade e independência não foram afetadas, de acordo com informações recebidas do auditor independente. A Grant Thornton Auditores Independentes não prestou outro serviço além de auditor das Demonstrações Financeiras nos últimos 02 anos.

O Comitê de Auditoria julgou adequada a qualidade dos trabalhos efetuados pela Auditoria Independente e suficiente o volume de informações necessárias para poder dar o seu parecer acerca das demonstrações financeiras.

Avaliação da qualidade das recomendações relativas ao período:

O Comitê de Auditoria vem acompanhando os planos de ação relacionados ao aprimoramento dos controles, decorrentes das recomendações efetuadas pelas auditorias interna e Independente, bem como pelos reguladores, relativas aos respectivos períodos anteriores. O presidente do Comitê participa das reuniões regulares do Conselho de Administração, ocasiões em que teve a oportunidade de expor opiniões e pontos de vista sobre diversos aspectos decorrentes do exercício de suas funções.

Conclusão:

O Comitê de Auditoria, ponderadas suas responsabilidades e as limitações inerentes ao alcance de sua atuação, e, diante da inexistência de divergências significativas entre a administração, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria, em relação às demonstrações financeiras da companhia, recomenda a aprovação das Demonstrações Financeiras consolidadas do Banco Fibra, para o semestre e exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 22 de março de 2024.

Comitê de Auditoria

Patrícia Villas Boas Amaro
Presidente e membro qualificado

Carlos Lofrano
Membro independente

Vanessa Rahal Canado
Membro independente